

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Companhia Energética do Ceará - Coelce

Enel Distribuição Ceará

CNPJ: 07.047.251/0001-70

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.12.2020	31.12.2019
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	166.015	91.605
Títulos e valores mobiliários	6	92.376	77.033
Consumidores e outras contas a receber	7	1.409.635	1.267.726
Ativo financeiro setorial	10	-	61.272
Subvenção CDE - desconto tarifário	8	17.079	324.760
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	9	112.810	13.348
Outros tributos compensáveis	9	401.330	172.720
Serviço em curso		79.108	43.583
Instrumentos financeiros derivativos - swap	33	65.114	-
Outros créditos		83.419	107.681
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		2.426.886	2.159.728
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores e outras contas a receber	7	75.431	26.694
Ativo financeiro setorial	10	-	12.268
Depósitos vinculados a litígios	26	47.676	47.548
Cauções e depósitos	12	28.583	23.963
Outros tributos compensáveis	9	1.070.993	1.425.147
Serviço em curso		-	28.060
Instrumentos financeiros derivativos - swap	33	483	-
Tributos diferidos	32	32.142	35.038
Benefício fiscal	11	25.520	30.686
Ativo indenizável (concessão)	13	3.026.407	2.372.127
Imobilizado	14	43.564	51.368
Intangível	15	2.007.919	1.931.022
Ativos contratuais	16	580.780	521.057
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		6.939.498	6.504.978
TOTAL DO ATIVO		9.366.384	8.664.706

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.12.2020	31.12.2019
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	17	1.024.557	866.723
Empréstimos e financiamentos	20	637.557	342.118
Obrigações por arrendamentos	22	2.944	7.784
Debêntures	21	190.570	18.610
Passivo financeiro setorial	10	81.677	-
Salários, provisões e encargos sociais		59.325	42.489
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19	71.110	17.950
Outras obrigações fiscais	19	167.167	167.970
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	18	317.774	102.703
Dividendos a pagar		130.276	83.283
Encargos setoriais	23	91.892	341.208
Benefícios pós-emprego	25	1.530	2.284
Instrumentos financeiros derivativos - swap	33	1.241	15.399
Outras obrigações		98.070	41.175
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		2.875.690	2.049.696
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	20	319.009	341.730
Debêntures	21	1.343.013	1.481.977
Obrigações por arrendamentos	22	1.325	3.242
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	18	1.128.538	1.318.164
Passivo financeiro setorial	10	127.543	-
Outras obrigações fiscais	19	3.488	5.798
Encargos setoriais	23	16.820	72.327
Benefícios pós-emprego	25	110.398	94.773
Provisão para processos judiciais e outros	26	194.529	175.042
Outras obrigações		15.483	7.906
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.260.146	3.500.959
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	27	892.246	808.246
Reservas de capital		358.671	358.671
Reservas de lucros		1.871.325	1.864.804
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial		(1.402)	(341)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		109.708	82.671
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.230.548	3.114.051
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.366.384	8.664.706

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	31.12.2020	31.12.2019
Receita líquida	29	5.867.331	5.377.077
Custo do serviço		(5.124.203)	(4.620.062)
Lucro operacional bruto		743.128	757.015
Receitas (despesas) operacionais	30		
Despesas com vendas		(126.386)	(73.377)
Despesas gerais e administrativas		(249.418)	(153.941)
Outras despesas operacionais		(6.479)	(6.017)
Outras receitas operacionais		32.444	40.178
Total de receitas (despesas) operacionais		(349.839)	(193.157)
Resultado do serviço público de energia elétrica		393.289	563.858
Resultado financeiro	31		
Receitas financeiras		346.267	170.413
Despesas financeiras		(370.879)	(242.344)
Total resultado financeiro		(24.612)	(71.931)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		368.677	491.927
Imposto de renda e contribuição social correntes		(135.605)	(143.651)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(13.971)	(17.643)
Incentivo fiscal		46.080	74.272
	32	(103.496)	(87.022)
Lucro líquido do exercício		265.181	404.905
Lucro por ação em R\$ - básico e diluído	28		
Ação ordinária		3,40608	5,20074
Ação preferencial - Classe A		3,61044	5,51278
Ação preferencial - Classe B		3,74668	5,72081

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	265.181	404.905
Outros resultados abrangentes:		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	(15.777)	3.772
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego	5.364	(1.283)
	(10.413)	2.489
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Perda em instrumentos financeiros derivativos	(1.607)	(853)
Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	546	290
	(1.061)	(563)
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS	253.707	406.831

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros							
Capital social	Reserva De ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Incentivo fiscal-ADENE	Legal	Incentivo fiscal-SUDENE	Reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	741.046	221.188	31.160	106.323	48.845	814.613	826.442	72.801	-	222	2.862.640
Aprovação dos dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(72.801)	-	-	(72.801)
Aumento de capital	67.200	-	-	-	-	-	(67.200)	-	-	-	-
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	3.772	3.772	
Tributos diferidos s/ ganho benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.283)	(1.283)	
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	2.489	(2.489)	-	
Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	(853)	(853)	
Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	290	290	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	404.905	-	404.905	
Reserva de lucros-incentivo fiscal-SUDENE	-	-	-	-	74.272	-	-	(74.272)	-	-	
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	52	-	52	
Proposta da administração para destinação do lucro líquido:											
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(82.671)	-	(82.671)	
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	82.671	(82.671)	-	-	
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	167.832	-	(167.832)	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	808.246	221.188	31.160	106.323	48.845	888.885	927.074	82.671	-	(341)	3.114.051
Aprovação dos dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(82.671)	-	-	(82.671)
Aumento de capital	84.000	-	-	-	-	-	(84.000)	-	-	-	-
Perda atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.777)	(15.777)	
Tributos diferidos s/ perda de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	5.364	5.364	
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	(10.413)	10.413	-	
Perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.607)	(1.607)	
Tributos diferidos s/ perda de instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	-	-	-	-	-	546	546	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	265.181	-	265.181	
Reserva de lucros-incentivo fiscal-SUDENE	-	-	-	-	-	46.080	-	(46.080)	-	-	
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	315	-	315	
Proposta da administração para destinação do lucro líquido:											
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(54.854)	-	(54.854)	
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	109.708	(109.708)	-	-	
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	44.441	-	(44.441)	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	892.246	221.188	31.160	106.323	48.845	934.965	887.515	109.708	-	(1.402)	3.230.548

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	265.181	404.905
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício o com o caixa das atividades operacionais:		
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	122.458	71.828
Depreciação e amortização	313.230	271.261
Juros e variações monetárias	330.684	164.356
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros e variação cambial	(141.351)	(14.348)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(6.591)	3.057
Marcação a mercado de ativo indenizável	(125.733)	(97.178)
Valor residual de intangível e imobilizado	4.396	12.572
Tributos e contribuições social diferidos	13.971	17.643
Provisão para processos judiciais e outros	28.684	36.752
Obrigações com benefício pós-emprego	7.391	4.735
Redução (aumento) dos ativos:		
Consumidores	(313.104)	(391.606)
Subvenção CDE - desconto tarifário	(16.549)	24.692
Ativos financeiros setoriais	80.131	131.084
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(16.996)	2.114
Outros tributos compensáveis	125.544	(1.454.346)
Depósitos vinculados a litígios	(128)	(6.191)
Outros créditos	16.799	(12.219)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	157.834	164.126
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	25.445	1.420.867
Salários, provisões e encargos sociais	16.836	(10.599)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	89.435	14.652
Outras obrigações fiscais	(1.837)	109.196
Passivos financeiros setoriais	209.220	(7.010)
Encargos setoriais	5.224	(33.447)
Outras obrigações	64.471	3.701
	1.254.645	830.597
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(118.741)	(66.759)
Pagamento de processos judiciais e outros	(35.967)	(22.116)
Pagamento com benefícios pós-emprego	(8.297)	(18.384)
Pagamento de juros (encargos de dívidas e debêntures), deduzido dos juros capitalizados	(90.053)	(112.425)
Pagamentos de juros de instrumento derivativo	(3.518)	(1.385)
Pagamentos de juros de arrendamento	(441)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	997.628	609.528
Atividades de investimentos:		
Adições para ativo contratual e imobilizado	(974.132)	(735.906)
Cauções e depósitos	(4.620)	14.601
Títulos e valores mobiliários	(15.343)	(9.053)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(994.095)	(730.358)
Atividades de financiamentos:		
Captação de Debêntures	-	650.000
Captação de empréstimos e financiamentos	533.079	579.445
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(427.269)	(959.281)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(6.801)	(6.639)
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	63.507	-
Parcelamento especial	(1.422)	(1.431)
Pagamentos de dividendos	(90.217)	(145.494)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	70.877	116.600
Variação no caixa líquido da Companhia	74.410	(4.230)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	91.605	95.835
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	166.015	91.605

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2020	31.12.2019
1. RECEITAS	8.203.120	7.835.389
Receita bruta de venda de energia e outras receitas	8.284.661	7.878.307
Fornecimento de energia elétrica	7.283.145	7.105.365
Outras receitas	32.444	40.177
Receita relativa à construção de ativos próprios	969.072	732.765
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(81.541)	(42.918)
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(5.240.762)	(4.673.023)
Materiais	(528.043)	(545.125)
Outros custos operacionais	(210.802)	(104.543)
Custo da energia comprada e transmissão	(3.640.876)	(3.482.918)
Serviços de terceiros	(861.041)	(540.437)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	2.962.358	3.162.366
4. RETENÇÕES	(313.230)	(271.261)
Depreciação e amortização	(313.230)	(271.261)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	2.649.128	2.891.105
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	346.267	170.413
Receitas financeiras	346.267	170.413
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	2.995.395	3.061.518
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.995.395	3.061.518
Empregados (Colaboradores)	194.550	189.483
Remunerações	126.442	132.471
FGTS	5.124	5.068
Outros encargos sociais	8.183	8.960
Previdência privada	8.173	3.043
Auxílio-alimentação	13.868	12.756
Convênio assistencial e outros benefícios	17.988	16.545
Participação nos resultados	14.772	10.640
Tributos (Governo)	2.149.908	2.211.827
Federais	334.282	328.633
Imposto de renda e contribuição social	149.576	161.294
COFINS	167.940	175.308
PIS	36.460	38.061
INSS	26.386	28.242
(-) Incentivos fiscais	(46.080)	(74.272)
Estaduais	1.551.820	1.533.096
ICMS	1.551.772	1.533.083
Outros	48	13
Municipais	7.225	5.092
ISS	5.134	3.294
IPTU	1.064	962
Outros	1.027	836
Encargos setoriais	256.581	345.006
CDE - Conta de desenvolvimento energético	201.879	293.252
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	48.173	45.721
Taxa de fiscalização - ANEEL	6.529	6.033
Remuneração de capitais de terceiros	385.756	255.303
Juros	370.879	242.344
Aluguéis	14.877	12.959
Remuneração de capitais próprios	265.181	404.905
Dividendo mínimo obrigatório	54.854	82.671
Dividendos propostos	109.708	82.671
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	46.080	74.272
Reserva de lucro	54.539	165.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Informações Gerais

A Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Companhia" ou "Enel Distribuição Ceará"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com registro de Companhia aberta categoria "A", com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália) é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Coelce é uma empresa do Grupo Enel, multinacional de energia presente em mais de 30 países e com atuação nos segmentos de distribuição, transmissão, geração e soluções de energia.

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em 13 de maio de 2028.

1.1 Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

A Enel e suas subsidiárias no Brasil têm adotado o trabalho remoto há alguns anos. Conforme os efeitos da COVID-19 avançaram e tornaram-se pandêmicos, a Companhia decidiu estender o trabalho remoto para todos os dias úteis até junho de 2021 para todos os profissionais elegíveis.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, cujas atividades são imprescindíveis para a manutenção da prestação do serviço com a qualidade que sempre foi entregue, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, a Companhia também estendeu o benefício de saúde, com apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19.

O trabalho remoto tem propiciado novas possibilidades de comunicação e operação. A determinação dessa forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só foi possível pelos investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Enel e suas subsidiárias no decorrer dos últimos anos. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para que a Enel e suas subsidiárias colocassem em prática um plano anterior de expansão do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Enel e suas subsidiárias têm realizado acompanhamento constante relacionados a estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

A Enel e suas subsidiárias, adicionaram indicadores de performance para cada área de negócio, o que tem proporcionado de forma tempestiva informações relacionadas às operações, transações e resultados operacionais. Nesse contexto, o alto nível de digitalização foi um fator imprescindível para a aplicação destes indicadores. Através

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



destes indicadores, é possível, de forma confiável, monitorar o nível de operação de suas atividades, a qualidade do serviço prestado, bem como, se aplicável, eventuais reduções em atividades suportes em decorrência do trabalho remoto.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel e suas subsidiárias continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia tem observado uma tendência crescente em sua provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, parcialmente explicado pela crise financeira, principalmente a deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da COVID-19. Diversos estados e municípios, adotaram e ainda adotam o distanciamento social, o que, por sua vez, tem causado a deterioração de diversos setores da economia, colocando em dificuldades financeiras e operacionais empresas de pequeno e médio porte e, conseqüentemente, aumentado o desemprego.

A partir de outubro de 2020 é possível observar uma retomada econômica com o afrouxamento do distanciamento e liberação gradativa do comércio. O CPC 39, equivalente à norma internacional IFRS 9, prevê que as entidades devem reavaliar o risco de crédito sempre que houver indicativos de deterioração deste, e, dessa forma, a Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas que melhor reflitam a estimativa de perdas esperadas como resultado das limitações estabelecidas pela instrução normativa nº 878 emitida pela ANEEL em 23 março de 2020, que determinava a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: residencial, rural e consumidores classificados como serviços essenciais), tal impedimento perdurou até 31 de julho de 2020. A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores.

A Companhia tem implementado ações para aumentar a eficiência e a cobrabilidade de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; (iii) intensificação da política de corte e (iv) proporcionando aos seus consumidores alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo, a possibilidade de utilizar cartões de crédito com opção de parcelamentos para as contas de energia em atraso ou não.

Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis, têm sido aplicados de forma consistente na determinação da provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa, conforme divulgado na nota explicativa nº 7.

Medidas para o setor elétrico

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio da resolução normativa mencionada anteriormente. Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores residenciais e de serviços essenciais, entre outras situações específicas, e (ii) a suspensão temporária de algumas exigências regulatórias, tais como a suspensão do atendimento presencial ao público e permissão de substituição de faturas impressas por eletrônicas, priorizando os

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



meios digitais, os atendimentos de urgência/emergência e a manutenção do fornecimento de energia elétrica nas instalações, assim como os pedidos de ligação ou aumento de carga para locais de tratamento da população e os que não necessitem de obras para efetivação.

A ANEEL autorizou até 30 de junho de 2020 o diferimento dos reajustes tarifários das distribuidoras que tinham reajuste tarifário no intervalo, permitindo, em contrapartida, que os pagamentos ao fundo da CDE fossem reduzidos, na mesma proporção da receita diferida. Os pagamentos do fundo CDE diferidos foram repostos pelas referidas concessionárias durante o segundo semestre de 2020.

Como medida de reforço a liquidez financeira do setor de distribuição de energia elétrica, a ANEEL autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a repassar às distribuidoras os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos. O despacho ANEEL nº 986, de 7 de abril de 2020, determinou o repasse aos agentes de mercado. Sendo assim, a Companhia recebeu de abril a outubro de 2020, o montante de R\$ 52.060. Tal montante foi contabilizado como passivo financeiro setorial de acordo com a sua competência.

Adicionalmente, a Presidência da República editou medida provisória ampliando, por 3 (três) meses, os descontos da tarifa social para 100%, sendo tal subvenção custeada pelo Tesouro Nacional. Dessa forma, no dia 8 de abril de 2020, o Presidente da República, por meio da Medida Provisória ("MP") nº 950, que vigorou de 1 de abril a 30 de junho de 2020 adotou algumas alterações temporárias à Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010, alterando o formato de desconto tarifário para os consumidores beneficiados pela categoria baixa renda, onde a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 KWh/mês passou a ter um desconto de 100% e a parcela do consumo de energia elétrica superior a 220 KWh/mês não teve a incidência de qualquer desconto. De acordo com as homologações da ANEEL, a Companhia recebeu repasses relacionados ao desconto da classe baixa renda, no valor de R\$ 117.180 referentes às competências de abril a junho de 2020. Tais montantes foram devidamente recebidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sendo registrados na receita operacional (subvenção de recursos da CDE).

CONTA-COVID

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020 autorizou a criação da CONTA-COVID, cuja gestão será da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A criação dessa conta tem como objetivo minimizar os impactos da pandemia e proporcionar liquidez para as distribuidoras, protegendo a cadeia produtiva do setor elétrico através de recursos financeiros para cobrir déficits tarifários ou antecipar receitas (total ou parcialmente), referentes aos seguintes itens:

- Efeitos financeiros da sobrecontratação;
- Saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA;
- Neutralidade dos encargos setoriais;
- Postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data;
- Saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e
- Antecipação do ativo regulatório relativo à "Parcela B", conforme o disposto em regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A CONTA-COVID foi organizada para evitar reajustes maiores das tarifas de energia elétrica. Se não houvesse a proposta da CONTA-COVID, haveria um impacto para os

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



consumidores nos próximos reajustes, com pagamento em 12 meses. Com a CONTA-COVID, esse impacto será diluído em um prazo total de 60 meses. A CONTA-COVID garante recursos financeiros necessários para compensar a perda de receita em decorrência da pandemia e protege o resto da cadeia produtiva do setor elétrico, ao permitir que as distribuidoras continuem honrando seus contratos.

A CONTA-COVID é regulamentada pela Resolução Normativa nº 885 de 23 de junho de 2020 e os recursos da conta, foram originados, por meio de “empréstimo setorial”, contraído de um conjunto de bancos. A CCEE foi designada como gestora da conta, centralizando a contratação das operações de empréstimos e repassando os recursos para as distribuidoras. O credor responsável por contratar o agente fiduciário e garantidor de todo o recurso foi a CCEE, que foi responsável pelo repasse para as distribuidoras, seguindo o teto estabelecido para cada distribuidora. A ANEEL homologou mensalmente de julho a dezembro de 2020 o montante dos recursos a serem repassados.

Em 3 de julho de 2020, a Companhia declarou os recursos financeiros requeridos da CONTA-COVID, no valor total de R\$ 452.942, que foi integralmente recebido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Tais montantes foram registrados como passivos financeiros setoriais (nota explicativa nº 10).

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. A CCEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020, o Decreto nº 10.350/2020 e a cláusula sétima do contrato de concessão nº 001/1998, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áleas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/2020, até 05 de outubro de 2020, para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 16 de dezembro, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia, com prazo de contribuição até 01 de fevereiro de 2021. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também vai discutir (i) a exposição contratual involuntária e (ii) os critérios para o reembolso dos custos administrativos e financeiros da CONTA-COVID.

Portanto, o reconhecimento do ativo financeiro setorial ainda depende de regulamentação por parte do órgão regulador, e, por este motivo, a Companhia não reconheceu o ativo financeiro setorial referente ao direito do reequilíbrio econômico da concessão em seu balanço e demonstração de resultado.

Perspectiva econômico-financeira

A Companhia entende ser prematuro projetar o fim da pandemia da COVID-19, principalmente pela incerteza com relação os efeitos econômicos oriundos do Coronavírus e o prazo em que estes serão totalmente revertidos. Contudo, considerando o processo gradual de imunização iniciado pelas autoridades competentes, a Companhia reconhece a perspectiva positiva de recuperação econômica, redução da taxa de desemprego e estabilidade financeira.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

Em 22 de fevereiro de 2021, a Diretoria da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatórios financeiros (Internacional Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo, quando tais avaliações são exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS).

2.3. Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado do Ceará) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a entidade identificou um segmento reportável, cujo resultados operacionais são regularmente (a cada trimestre) avaliados pelo principal tomador de decisão operacional da entidade, ao decidir sobre alocação de recursos e avaliação de desempenho.

Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

2.4. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

3. Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir:

3.1. Reconhecimento de receita operacional

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca dos bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

Receita de distribuição (fornecimento e disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD)

As receitas de distribuição de energia são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos aos clientes.

A Companhia efetua o processo de medição (leitura) do consumo de seus clientes de acordo com o cronograma de leitura estabelecido, como resultado desse processo, o consumo de MWh é faturado mensalmente para cada consumidor. Como parte do curso normal do processo de leitura, parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente, a Companhia realiza uma estimativa através de premissas estabelecidas com base no histórico de consumo e volume total de energia disponibilizada. Essa estimativa é registrada como receita de distribuição não faturada (uso de estimativa).

Adicionalmente, a receita originada de um contrato com cliente é reconhecida quando a possibilidade de recebimento for provável, considerando a capacidade e a intenção de pagamento do cliente. Sendo assim, havendo a expectativa de não recebimento, a respectiva receita é apresenta líquida, através de uma conta redutora de fornecimento de energia.

As receitas são reconhecidas de forma líquida de contraprestação variável, como por exemplo eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. Dessa forma, como os indicadores individuais de desempenho refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição, as compensações financeiras ocorridas, em função do não cumprimento das metas estabelecidas pela ANEEL, devem

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



ser deduzidas da própria receita gerada pela TUSD.

Conforme mencionando anteriormente, a receita pela disponibilidade da rede elétrica é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores (contraprestação variável), relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Tais indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

Receita de construção

A interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão (ICPC 01) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS15) e Interpretação Técnica ICPC 17 – Contrato de Concessão (ICPC 17), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica e (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo contratual é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Subvenção de recursos da CDE

Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE. O saldo a receber está contabilizado na rubrica “Subvenção CDE – desconto tarifário”.

3.2. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

3.3. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, que por sua vez podem ser acrescidos ou deduzidos por passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, e/ou os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria o ativo indenizável relacionado à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição ("VNR"), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando existe um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder público concedente, ou sob a direção da concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Nesta categoria encontram-se também os certificados de depósito bancário (CDB), operações compromissadas, fundos de investimentos aberto e instrumentos financeiros derivativos (swap).

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem os instrumentos financeiros derivativos (operações de swap) mantidos para regular as exposições de riscos de variação de todas os empréstimos indexados ao dólar.

Custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Encontram-se nesta categoria os valores a receber com consumidores e outras contas a receber, ativo e passivos financeiros do setor, valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, empréstimos e financiamentos e obrigações por arrendamento.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais:

O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (corporativo, grandes clientes e administração pública). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

a) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (uso de estimativas)

Foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente, os modelos utilizados atendem à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48 (IFRS09), como a seguir:

- Individualmente, a Companhia determina a perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada consumidor, este modelo permite adoção de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias, determinação e mudança de risco de crédito individual,

- Coletivamente, a Companhia utiliza uma matriz de provisões para determinação da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, essa matriz é utilizada principalmente para o modelo coletivo onde há uma quantidade relevante de consumidores. Este modelo contempla cada classe de consumo (Residencial, Rural, Comercial, Industrial, Poder Público, Iluminação Pública e Serviços Públicos). Adicionalmente, a perda esperada é calculada separadamente para cada classe de consumo do setor de distribuição de energia.

Em ambos os modelos a Administração determina percentuais de perdas esperadas de crédito (*“Expected Credit Losses – ECL”*) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (*“Probability of Default – PD”*) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (*“Loss given default – LGD”*), os percentuais de perda esperada de crédito ora aplicados aumentam a medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

Instrumentos financeiros, apresentação líquida:

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como:

- *Hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo);
- *Hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa);

a) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "resultado financeiro".

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



crédito vide nota explicativa nº 33.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

b) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "despesas financeiras". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "despesas financeiras".

Assim como no tratamento do hedge de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito vide nota explicativa nº 33.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

3.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2020, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

3.5. Ativos e passivos financeiros setoriais

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica – OCPC08 que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidênciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos contratos de concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Os registros dos valores a receber e a pagar são efetuados em contas de ativo e passivo, respectivamente, em contrapartida ao resultado do exercício na rubrica de receita operacional líquida - ativo e passivo financeiro setorial.

3.6. Ativo indenizável (concessão)

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros na categoria de “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Uso de estimativas:

A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos, e somente nessa data, a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL por meio do novo valor de reposição - "VNR" depreciado. Entre os períodos de Revisão Tarifária, a Administração, utilizando o critério determinado pela ANEEL, aplica o IPCA como fator de atualização da Base de Remuneração. O ativo financeiro da concessão é mensurado em função da referida base de remuneração e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como novo preço de reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, por sua vez, tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL.

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente.

3.7. Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

3.8. Ativo contratual

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15), os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão. O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



3.9. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia - contratos de concessão.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão, são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, onde a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada e registrada no resultado do respectivo exercício.

3.10. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Imposto diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

3.11. Benefício a empregados - Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado independente utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela Companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais sobre as obrigações, o retorno dos ativos do plano (excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício (resultado financeiro). A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes, sendo registrado no resultado do exercício (custos e despesas com pessoal).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

Uso de estimativas:

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

A obrigação de benefício definido é altamente sensível às mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

3.12. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

3.12.1. A Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

3.12.2. Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento mensurados pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

3.12.3. Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

3.12.4. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento nos contratos de curto prazo e para ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.13. Resultado por ação - básico/diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

3.14. Provisão para processos judiciais e outros

As provisões para processos judiciais e outros são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item em individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Uso de estimativas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.15. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrada no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

O processo de modernização foi comprovado perante à SUDENE, por meio de documentação e verificação pela visita técnica que a Companhia recebeu dos analistas da SUDENE, que se refere a modernização total na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Início do prazo de fruição do benefício: 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025; Prazo total de fruição: 10 anos; Término do prazo de fruição do benefício: ano-calendário de 2025.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo benefício fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis, conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, do decreto – lei nº 1.598/77.

3.16. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2020

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 estão evidenciadas a seguir:

a) Alterações ao CPC 00 (R2) | *Conceptual Framework* – Estrutura conceitual para relatório financeiro

O CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como *Conceptual Framework*, foi alterado com o objetivo de refletir os conceitos ajustados pelo IASB, como a seguir:

- Melhoria quanto às definições acerca do objetivo do relatório financeiro, ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas demonstrações contábeis (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras e notas explicativas, bem como a definição de materialidade.

As alterações estabelecidas pela norma mencionada foram, quando aplicável, devidamente adotadas pela Companhia.

b) Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos | IFRS 16 - Leases

O CPC 06 (R2) foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:

- A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

c) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros | IFRS 07 – *Financial instruments: Disclosures* e 09 – *Financial Instruments*

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração das IFRS 07 e IFRS 09. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

O Companhia possui transações sujeitas a taxa variável, vinculada à LIBOR, no montante de 5.946 (vide nota explicativa 20) com vencimento em 2024. A Companhia designou operação de hedge de fluxo de caixa de juros e variação cambial substituindo o risco atrelado à LIBOR por indexador de juros nacional e de acordo com as políticas de riscos da Companhia (vide nota explicativa 33). Tal designação permite a manutenção da contabilização de hedge mesmo que haja incerteza sobre a reforma da taxa de juros referencial, essa assertiva é ainda corroborada pelo vencimento e materialidade das operações acima mencionadas.

A Companhia avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos e alterados até 31 de dezembro de 2020, efetivos ou não para o exercício a que essa demonstração financeira se refere e não identificou qualquer impacto material para suas demonstrações financeiras.

3.17. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e estão listadas da tabela a seguir. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração evidenciação e instrumentos financeiros	Reforma da taxa de referência de juros segunda fase	1º de janeiro de 2021
CPC 27 – Imobilizado	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Melhorias anuais às IFRS – Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023

3.18. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais estimativas e julgamentos presentes nas demonstrações financeiras são: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD); atualização do ativo financeiro da concessão; ativos fiscais diferidos; provisões para processos judiciais e outros; benefícios pós-emprego e receita não faturada

4. Reajuste Tarifário Anual

O Reajuste Tarifário Anual da Companhia que deveria ter entrado em vigor a partir de 22 de abril de 2020 após a aprovação da ANEEL, através da Resolução Homologatória 2.676/2020, em 14 de abril de 2020, foi postergado e entrou em vigor em 01 de julho de 2020, por motivo de calamidade pública. Neste período, a Companhia reduziu a obrigação de recolhimento das cotas mensais de CDE (competências maio, junho e julho) até o limite da perda de arrecadação da receita. Os valores reduzidos foram restituídos à CDE nas competências de agosto a dezembro de 2020.

O montante de R\$ 31.013 referente diferença de receita devido à postergação do reajuste tarifário de 22 de abril a 1 de julho de 2020 será considerada no Reajuste Tarifário Anual de 2021 e está sendo atualizado pela taxa Selic.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Este reajuste tarifário gera um efeito médio nas tarifas dos consumidores de 3,94%, sendo de 3,78%, em média para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 4,00%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2020	
Encargos Setoriais	-1,53%
Custos de Transmissão	0,66%
Custos de Aquisição de Energia	2,63%
Parcela A	1,76%
Parcela B	1,83%
Reajuste Econômico	3,59%
Componentes Financeiros do Processo Atual	5,16%
Efeitos da retirada dos componentes financeiros do processo anterior	-4,18%
Efeito médio a ser percebido pelos consumidores	3,94%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário, tiveram os seguintes impactos:

(i) Parcela A: Reajustada em 2,67%, representando 1,76% no reposicionamento econômico com os seguintes componentes:

- Encargos setoriais - redução de -14,31%, representando -1,53% no reposicionamento econômico em função, principalmente, da redução do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético Conta ACR ("CDE Conta ACR") devido à quitação antecipada de seu pagamento;
- Energia comprada - aumento de 5,30%, contribuíram para esse efeito positivo o reajuste do contrato bilateral com a CGTF (Central Geradora Termelétrica Fortaleza), cujo preço depende do valor do gás natural e do dólar. O aumento do custo da compra de energia representa 2,63% no reposicionamento econômico; e
- Encargos de transmissão - aumento de 11,39% decorrente principalmente do aumento da Receita Anual Permitida da Rede Básica em relação ao ciclo anterior e as novas tarifas de uso do sistema de transmissão, representando 0,66% no reposicionamento econômico.

(ii) Parcela B: Reposicionada em 5,38%, representando uma participação de 1,83% no reajuste econômico refletindo a variação acumulada do IGP-M no período de referência de 6,81% descontada do Fator X.

(iii) Componentes financeiros: Os componentes financeiros aplicados a esta revisão tarifária totalizam um montante positivo de R\$ 256.413 representando 5,16% de participação no reajuste, dentre os quais destaca-se: Positivo de R\$ 205.886 referente aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA"), impactada pelos efeitos do risco hidrológico da CCGF, usinas repactuadas e efeito disponibilidades de CCEAR-D, neutralidade de Encargos Setoriais negativo de R\$ 6.379, Sobrecontratação negativo de R\$ 57.594 e Previsão de Risco Hidrológico positivo de R\$ 149.839, em razão da alteração da metodologia de cálculos da previsão de risco hidrológico calculado conforme submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária, PRORET.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e contas correntes bancárias	30.877	36.811
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	31.882	2.039
Fundos de Investimento Aberto	837	-
Operações compromissadas	102.406	49.677
	135.125	51.716
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas (fundos exclusivos)	13	3.078
	13	3.078
Total	166.015	91.605

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, estas já estão reconhecidas pelo seu valor justo por meio do resultado.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e curva da taxa CDI mensal.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existe registro de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa visto que os ativos financeiros são aplicados em instituições de primeira linha, sendo os mesmos monitorados de forma contínua pela Companhia.

6. Títulos e valores mobiliários

	31.12.2020	31.12.2019
Fundos de investimentos não exclusivos	76.801	72.531
Fundos de investimentos exclusivos*	15.575	4.502
Títulos públicos	13.270	2.725
LF - Letra Financeira	2.305	1.777
Total	92.376	77.033

* Fundo exclusivo das Empresas do Grupo Enel, a qual a Companhia é uma das oito cotistas e apresenta 6,03% de representatividade sobre o total do mesmo em 31 de dezembro de 2020 (2,31% em 31 de dezembro de 2019).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de Investimento não exclusivo, administrados por *Asset* de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI.

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

7. Consumidores e outras contas a receber

	A vencer	Vencidos		Total
		até 90 dias	acima de 90 dias até 5 anos	31.12.2020
Classes de consumidores:				
Residencial	193.625	214.195	326.656	734.476
Industrial	18.936	16.004	22.398	57.338
Comercial	56.086	36.171	67.269	159.526
Rural	64.059	49.624	78.799	192.482
Poder público	27.371	17.902	28.292	73.565
Iluminação pública	18.367	17.864	50.161	86.392
Serviço público	15.243	8.031	14.879	38.153
Fornecimento faturado	393.687	359.791	588.454	1.341.932
Receita não faturada	281.102	-	-	281.102
Parcelamento de débitos*	214.636	-	-	214.636
Compartilhamento - uso mútuo	6.353	10.527	17.870	34.750
Agente de cobrança da iluminação pública	6.531	-	32.350	38.881
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	15.289	15.289
Subtotal	902.309	370.318	653.963	1.926.590
(-) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(13.345)	(17.664)	(410.515)	(441.524)
Total	888.964	352.654	243.448	1.485.066
Circulante				1.409.635
Não circulante				75.431

*Visando atenuar o aumento da inadimplência, a Companhia adotou medidas internas de contingência extraordinária, onde foi proposto facilitar o parcelamento das faturas de energia em até 10 vezes, fato este que gerou um aumento significativo na rubrica “parcelamento de débitos”.

	A vencer	Vencidos		Total
		até 90 dias	acima de 90 dias até 5 anos	31.12.2019
Classes de consumidores:				
Residencial	283.120	110.289	283.982	677.391
Industrial	25.736	9.997	17.111	52.844
Comercial	79.205	21.335	26.607	127.147
Rural	80.498	32.680	55.599	168.777
Poder público	35.381	30.761	18.017	84.159
Iluminação pública	35.873	25.094	31.325	92.292
Serviço público	16.413	6.289	12.871	35.573
Fornecimento faturado	556.226	236.445	445.512	1.238.183
Receita não faturada	211.437	-	-	211.437
Parcelamento de débitos*	5.852	16.498	69.457	91.807
Baixa renda - subsídio CDE	13.404	-	-	13.404
Venda de Energia Excedente - MVE	12.085	-	-	12.085
Compartilhamento - uso mútuo	4.354	5.828	13.987	24.169
Agente de cobrança da iluminação pública	6.531	-	40.172	46.703
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	-	-	15.289	15.289
Subtotal	809.889	258.771	584.417	1.653.077
(-) Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(11.208)	(11.854)	(335.595)	(358.657)
Total	798.681	246.917	248.822	1.294.420
Circulante				1.267.726
Não circulante				26.694

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Rubricas de origem	31.12.2019	(Provisões) Reversões	Perda	31.12.2020
Consumidores e outras contas a receber	(358.657)	(122.728)	39.861	(441.524)
Outros créditos	(3.786)	270	1.057	(2.459)
	(362.443)	(122.458)	40.918	(443.983)
Circulante	(347.154)			(428.694)
Não Circulante	(15.289)			(15.289)
Total	(362.443)			(443.983)

Rubricas de origem	31.12.2018	(Provisões) Reversões	Perda	31.12.2019
Consumidores e outras contas a receber	(319.525)	(67.385)	28.253	(358.657)
Outros créditos	-	(4.443)	657	(3.786)
	(319.525)	(71.828)	28.910	(362.443)
Circulante	(304.236)			(347.154)
Não Circulante	(15.289)			(15.289)
Total	(319.525)			(362.443)

O aumento na perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está principalmente relacionado ao cenário causado pela pandemia (COVID-19) - vide nota explicativa nº 1.1.

A Companhia com o objetivo de melhor refletir a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") avaliou o ambiente econômico das regiões onde atua, reestruturou suas atividades de cobrança e intensificou a retomada de ações com melhor percentual histórico de recuperação de crédito, como por exemplo a retomada do corte de fornecimento de energia. Essa avaliação demonstrou que a PECLD deve considerar os efeitos oriundos de tais ações, que foram temporariamente privadas das distribuidoras por forças de lei e diretrizes regulatórias impostas a Companhia, conforme detalhado na nota explicativa 1.1, e dessa forma, ao atualizar a estimativa de perda futura a Companhia verificou que apesar do atual cenário, é mais provável que parte substancial do saldo vencido de contas a receber será recuperado no curto prazo, e por este motivo adicionou premissas históricas e de projeções que resultaram em uma menor expectativa de perda futura.

A seguir é apresentada a composição da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa para consumidores e outras contas a receber.

	31.12.2020	31.12.2019
Residencial	(184.145)	(165.067)
Industrial	(21.493)	(21.508)
Comercial	(50.776)	(37.389)
Rural	(56.651)	(36.013)
Poder público	(12.473)	(5.364)
Iluminação pública	(36.447)	(17.226)
Serviço público	(11.929)	(6.907)
Parcelamento de débitos de consumidores	(7.528)	(5.104)
Outros	(60.082)	(64.079)
	(441.524)	(358.657)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**8. Subvenção CDE - desconto tarifário**

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

	31.12.2020	31.12.2019
CDE compensação - liminar (a)	-	324.227
Baixa renda - subsídio CDE	12.308	-
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	7.402	(777)
CDE a devolver - diferença ciclo anterior	(2.631)	1.310
	17.079	324.760

- a) Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava saldo de R\$ 324.227, referente a valores em aberto do período de novembro de 2014 a maio de 2017 (Resoluções Homologatórias nos 1.711/14, 1882/15 e 2.065/16), objetos de compensação integral com valores devidos à Eletrobras/CCEE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 8 de julho de 2015, posteriormente convertida em sentença. Em 2020, após decisão transitada em julgado, a qual permitiu compensação dos referidos montantes (ativo e passivo), a Companhia efetuou a compensação dos saldos do ativo e passivo circulantes (vide nota 23) no montante total de R\$ 311.830. O montante de R\$ 12.400, que corresponde à reversão da atualização não reconhecida do ativo na referida decisão, foi registrado no resultado financeiro – vide nota 31.

9. Tributos a compensar

	31.12.2020	31.12.2019
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda (a)	70.281	8.046
Contribuição social (a)	29.733	1.303
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (b)	12.796	3.999
Total	112.810	13.348

	31.12.2020		31.12.2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Outros tributos compensáveis				
ICMS (c)	73.343	78.801	60.836	66.930
ICMS parcelamento (d)	-	-	-	11.056
PIS e COFINS	9.740	-	8.163	-
PIS e COFINS (ICMS) (e)	317.773	992.192	102.703	1.347.161
Outros tributos	474	-	1.018	-
Total	401.330	1.070.993	172.720	1.425.147

- a) A variação entre os exercícios se deve principalmente pela diminuição da base tributável, em função da exclusão temporária dos efeitos da variação cambial do Cash Flow Hedge. A Companhia calcula o IRPJ/CSLL com base no Lucro Real por estimativas mensais e os mesmos estão proibidos de serem compensados conforme Lei 9.430/1996, Art. 74, §3º, inciso IX. Os valores pagos a maior estarão disponíveis para uso após a entrega da ECF em julho de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



- b) A variação entre os exercícios se deve principalmente pelo imposto retido na fonte sobre os ganhos obtidos nas liquidações de instrumentos financeiros derivativos.
- c) Do total de crédito de ICMS, R\$ 126.125 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 106.954 em 31 de dezembro de 2019) referem-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos, e o valor de R\$ 26.019 (R\$ 20.812 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês subsequente.
- d) A Companhia foi notificada em janeiro de 2020 da decisão favorável do processo Nº 6492924/2013 referente ao pedido de restituição do ICMS correspondente ao diferencial de alíquotas devido sobre operações de entradas interestaduais de bens destinados ao ativo imobilizado conforme o parecer Nº 3344 de dezembro de 2019, usando o crédito no primeiro trimestre de 2020 como compensação do próprio ICMS.
- e) A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, e por possuir ação judicial transitada e julgada em abril de 2019, possui ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar de R\$ 317.773 no curto prazo e R\$ 992.192 no longo prazo em 31 de dezembro de 2020.

Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais (vide nota 18).

10. Ativo e passivos financeiros setoriais

Correspondem às diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo essas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita líquida, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

Ativos e passivos financeiros setoriais	31.12.2019	Adição	Amortização	Conta - COVID	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	31.12.2020	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não Circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	174.709	423.636	(222.086)	(256.370)	(94.362)	7.673		33.199	57.853	(24.654)	40.763	(7.564)
Aquisição de energia - (CVAenerg)	272.759	344.808	(285.155)	(294.921)	(94.362)	9.464	(1)	(47.408)	74.063	(121.471)	(10.135)	(37.273)
Proinfa	(176)	(3.256)	2.231	10.684	-	(30)	-	9.453	(1.289)	10.742	6.157	3.296
Transporte rede básica	27.261	95.337	(25.644)	(55.542)	-	619	-	42.031	7.686	34.345	31.492	10.539
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	(131.415)	(20.111)	104.409	88.860	-	(2.649)	-	39.094	(28.776)	67.870	18.268	20.826
Conta de desenvolvimento energético - CDE	6.280	6.858	(17.927)	(5.451)	-	269	-	(9.971)	6.169	(16.140)	(5.019)	(4.952)
Demais passivos financeiros setoriais	(101.169)	(73.936)	137.204	(196.572)	-	(1.082)	(6.864)	(242.419)	(42.715)	(199.704)	(122.440)	(119.979)
Alíquota efetiva PIS/Cofins	12.913	-	-	-	-	-	(12.913)	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	(12.538)	11.364	9.775	(18.415)	-	(73)	(1)	(9.888)	(1.595)	(8.293)	(7.343)	(2.545)
Sobrecontratação de energia	43.595	13.667	59.552	(144.428)	-	1.245	5.034	(21.335)	(14.399)	(6.936)	(19.207)	(2.128)
Diferimento/ devoluções tarifárias	(162.741)	(113.284)	27.146	-	-	(1.529)	136.109	(114.299)	(29.613)	(84.686)	(29.614)	(84.685)
Risco hidrológico	(92.661)	(130.657)	92.120	-	-	(3.128)	-	(134.326)	(24.268)	(110.059)	(100.555)	(33.771)
Outros	110.263	144.974	(51.389)	(33.729)	-	2.403	(135.093)	37.429	27.160	10.270	34.279	3.150
Total ativo (passivo) financeiro setorial líquido	73.540	349.700	(84.882)	(452.942)	(94.362)	6.591	(6.865)	(209.220)	15.138	(224.358)	(81.677)	(127.543)

Ativos e passivos financeiros setoriais	31.12.2018	Adição	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Reclassificações	31.12.2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Compensação de variação de valores de itens da parcela A - CVA	207.733	342.970	(218.924)	(174.764)	17.694	-	174.709	74.935	99.774	143.904	30.805
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	219.912	527.578	(323.612)	(174.764)	23.645	-	272.759	102.812	169.947	220.289	52.470
Proinfa	1.321	712	(2.368)	-	159	-	(176)	1.030	(1.206)	196	(372)
Transporte Rede Básica	53.365	(11.772)	(14.554)	-	222	-	27.261	3.335	23.926	19.874	7.387
ESS	(64.416)	(172.821)	113.969	-	(8.147)	-	(131.415)	(34.243)	(97.172)	(101.414)	(30.001)
CDE	(2.449)	(727)	7.641	-	1.815	-	6.280	2.001	4.279	4.959	1.321
Demais passivos financeiros setoriais	(13.176)	(187.485)	125.604	-	(20.751)	(5.361)	(101.169)	(100.159)	(1.010)	(82.632)	(18.537)
Alíquota efetiva PIS/Cofins	19.786	8.265	(15.138)	-	-	-	12.913	-	12.913	12.913	-
Neutralidade da Parcela A	(3.034)	(14.581)	5.206	-	(129)	-	(12.538)	(4.991)	(7.547)	(10.208)	(2.330)
Sobrecontratação de Energia	(10.296)	(112)	56.584	-	(2.581)	-	43.595	(16.356)	59.951	25.085	18.510
Diferimento/ Devoluções Tarifárias	(11.692)	(156.383)	22.210	-	(16.876)	-	(162.741)	(78.349)	(84.392)	(123.536)	(39.205)
Risco hidrológico	(86.019)	(88.625)	88.205	-	(6.221)	-	(92.661)	(19.317)	(73.344)	(70.016)	(22.644)
Outros	78.079	63.951	(31.463)	-	5.056	(5.361)	110.263	18.854	91.409	83.130	27.132
Total ativo (passivo) regulatório líquido	194.557	155.485	(93.320)	(174.764)	(3.057)	(5.361)	73.540	(25.224)	98.764	61.272	12.268

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Conforme nota explicativa nº 1.1, a Companhia recebeu nos meses de julho a novembro de 2020 o montante de R\$ 452.942 referente a conta – COVID, correspondendo a antecipação dos componentes financeiros relativos a sobrecontratação, CVA em constituição e neutralidade de encargos setoriais. O referido montante foi contabilizado nos respectivos componentes tarifários, conforme detalhado na movimentação apresentada nesta respectiva nota. Os montantes recebidos da conta – COVID estão sendo atualizados pela taxa Selic.

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias para os anos de 2016 e 2017, porém sem levar em consideração a regra de máximo esforço, prevista na regulamentação da REN 453/2011. No caso do ano de 2017 da Companhia, particularmente, em análise preliminar realizada no Reajuste Tarifário de 2018, a ANEEL entendeu que a Companhia esteve voluntariamente sobrecontratada, já que não realizou esforços para redução de seu nível de contratação.

Portanto, diante da decisão do Despacho nº 2.508, a Companhia entrou com o pedido de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.922, de 13 de outubro de 2020. O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela SRM/ANEEL e, em caso de nova negativa, a análise passa para a Diretoria da Agência Reguladora, por meio de sorteio do diretor relator. Eventual decisão pela manutenção do Despacho nº 2.508 poderia implicar no reconhecimento pela Companhia de passivo financeiro setorial no montante de R\$ 63.486 (atualizado até 31 de dezembro de 2020), tendo como contrapartida o resultado.

11. Benefício fiscal

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 a Companhia registrou uma provisão sobre o ágio a amortizar considerando o montante que não constitui benefício fiscal. O valor representativo do benefício fiscal ficou então registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) e para recompor o resultado de cada período, está sendo feita a reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	31.12.2020	31.12.2019
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(700.167)	(684.974)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.364)
Reversão da provisão sobre o ágio	379.092	369.064
Total	25.520	30.686
Não Circulante	25.520	30.686

Os ativos fiscais diferidos decorrentes da incorporação são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A seguir é apresentado o cronograma de realização do benefício fiscal:

	31.12.2020	Percentual
Em 2021	4.728	18,53%
Em 2022	4.327	16,96%
Em 2023	3.960	15,52%
Em 2024	3.625	14,20%
2025 até 2027	8.880	34,79%
Total	25.520	100,00%

12. Cauções e depósitos

A Companhia possui saldos de caução e depósito considerando: Garantia de leilões de energia (Bradesco), Garantia de Dívidas (BNB) e Garantias da concessão (Banco do Brasil). A seguir é apresentada a composição do saldo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Instituição	Tipo de Aplicação	31.12.2020	31.12.2019
		Não Circulante	Não Circulante
Bradesco	CDB	13	18
BNB	CDB	14.940	14.544
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	13.630	9.401
Total		28.583	23.963

13. Ativo indenizável (concessão)

Em 31 de dezembro de 2020 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	31.12.2020	31.12.2019
Saldo Inicial	2.372.127	1.888.440
Transferências do ativo contratual	528.547	386.509
Marcação a mercado	125.733	97.178
Saldo Final	3.026.407	2.372.127

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

14. Imobilizado

O imobilizado da distribuidora refere-se a bens que não estão vinculados a atividade de distribuição de energia elétrica, bem como aos direitos de uso de ativo arrendado. A seguir é apresentada a movimentação desses ativos:

	31.12.2019	Remensuração	Adição	Depreciação/ Amortização	Baixa	Transferência	31.12.2020
Imobilizado em serviço							
Terrenos	30	-	-	-	-	-	30
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	9	-	-	-	-	-	9
Máquinas e equipamentos	61.397	-	-	-	(24)	2.862	64.235
Móveis e utensílios	51.355	-	-	-	(135)	4.701	55.921
Subtotal	112.791	-	-	-	(159)	7.563	120.195
Depreciação acumulada							
Máquinas e equipamentos	(45.854)	-	-	(3.968)	14	-	(49.808)
Móveis e utensílios	(32.533)	-	-	(3.006)	135	-	(35.404)
Subtotal	(78.387)	-	-	(6.974)	149	-	(85.212)
Imobilizado em curso							
Máquinas e equipamentos	3.035	-	2.862	-	-	(2.862)	3.035
Móveis e utensílios	4.599	-	2.993	-	-	(4.701)	2.891
Subtotal	7.634	-	5.855	-	-	(7.563)	5.926
Total do imobilizado	42.038	-	5.855	(6.974)	(10)	-	40.909
Ativo de direito de uso							
Terrenos	82	30	74	(310)	-	476	352
Imóveis	8.660	(42)	-	(5.839)	-	(476)	2.303
Veículos e outros meios de transporte	588	-	-	(588)	-	-	-
Subtotal	9.330	(12)	74	(6.737)	-	-	2.655
Total	51.368	(12)	5.929	(13.711)	(10)	-	43.564

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Remensuração	Adição	Depreciação/ Amortização	Reclassificação	Transferência	31.12.2019
Imobilizado em serviço								
Terrenos	30	-	-	-	-	-	-	30
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	9	-	-	-	-	-	-	9
Máquinas e equipamentos	62.354	-	(3.373)	-	-	-	2.416	61.397
Móveis e utensílios	50.665	-	(64)	-	-	-	754	51.355
Subtotal	113.058	-	(3.437)	-	-	-	3.170	112.791
Depreciação acumulada								
Máquinas e equipamentos	(44.517)	-	3.371	-	(4.708)	-	-	(45.854)
Móveis e utensílios	(29.712)	-	9	-	(2.830)	-	-	(32.533)
Subtotal	(74.229)	-	3.380	-	(7.538)	-	-	(78.387)
Imobilizado em curso								
Terrenos	(19)	-	-	-	-	19	-	-
Máquinas e equipamentos	4.159	-	-	2.362	-	(1.070)	(2.416)	3.035
Móveis e utensílios	3.523	-	-	779	-	1.051	(754)	4.599
Subtotal	7.663	-	-	3.141	-	-	(3.170)	7.634
Total do imobilizado	46.492	-	(57)	3.141	(7.538)	-	-	42.038
Ativo de direito de uso								
Terrenos	-	485	(189)	-	(215)	-	-	82
Imóveis	-	17.830	(4.816)	1.520	(5.874)	-	-	8.660
Veículos e outros meios de transporte	-	1.724	-	-	(1.136)	-	-	588
Subtotal	-	20.039	(5.004)	1.520	(7.225)	-	-	9.330
Total	46.492	20.039	(5.061)	4.661	(14.763)	-	-	51.368

A Companhia reavalia as vidas úteis anualmente para garantir que refletem a realidade, diante disso, as principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	3,33%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2020:

Ativo de direito de uso	Prazo médio contratual remanescente (anos)
Terrenos	1,56
Imóveis	2,72

15. Intangível

	31.12.2020			31.12.2019
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Em Serviço				
Direito de uso da concessão	5.132.355	(2.987.263)	(297.319)	1.847.773
Software	353.219	(193.073)	-	160.146
Total	5.485.574	(3.180.336)	(297.319)	1.931.022

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Em serviço			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.923.814	(2.588.226)	(320.602)	2.014.986
Baixas	(32.882)	20.310	-	(12.572)
Amortização	-	(290.301)	33.898	(256.403)
Transferência dos ativos contratuais	571.769	-	(249)	571.520
Transferências para ativo indenizável	(386.509)	-	-	(386.509)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.076.192	(2.858.217)	(286.953)	1.931.022
Baixas	(16.125)	11.739	-	(4.386)
Amortização	-	(333.858)	34.339	(299.519)
Transferência dos ativos contratuais	425.507	-	(44.705)	380.802
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.485.574	(3.180.336)	(297.319)	2.007.919

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil regulatória, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

16. Ativos contratuais

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 4,46% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 9,37% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

	31.12.2020		31.12.2019
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Em Curso			
Direito de uso da concessão	730.264	(222.901)	507.363
Software	73.417	-	73.417
Total	803.681	(222.901)	580.780
			452.277
			68.780
			521.057

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Em Curso		
	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	609.066	(249.005)	360.061
Adições	729.342	(17.644)	711.698
Reclassificação	-	10.567	10.567
Capitalização de juros de empréstimos	10.251	-	10.251
Transferências para ativo intangível	(571.769)	249	(571.520)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	776.890	(255.833)	521.057
Adições	980.050	(11.773)	968.277
Capitalização de juros de empréstimos	795	-	795
Transferências para ativo intangível	(425.507)	44.705	(380.802)
Transferências para ativo indenizável	(528.547)	-	(528.547)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	803.681	(222.901)	580.780

17. Fornecedores e outros contas a pagar

	31.12.2020	31.12.2019
CIRCULANTE		
Compra de Energia	497.247	479.625
Compra de Energia com partes relacionadas	1.229	1.242
Encargo de Uso da Rede (a)	121.076	39.965
Encargo de Uso da Rede com partes relacionadas	319	360
Total energia	619.871	521.192
Materiais e serviços	308.620	308.398
Materiais e serviços com partes relacionadas	96.066	37.133
Total fornecedores	1.024.557	866.723

- a) O aumento do saldo a pagar de encargos de uso da rede elétrica, está principalmente relacionado à piora do cenário hidrológico, impactando em maior despacho de geração de energia elétrica, fora da ordem de mérito.

18. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O STF decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos.

A Companhia possui uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar que atualizado corresponde ao montante de R\$ 1.309.965 e passivo que atualizado corresponde ao montante de R\$ 1.446.312 (vide nota 9), por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia. A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais.

O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Em 17 de março a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado pelas distribuidoras com relação aos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema. Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 31 de dezembro de 2020 o montante compensado de R\$165.863, e aguarda a definição da ANEEL acerca do mecanismo de repasse aos consumidores.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	31.12.2020	31.12.2019
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
Ativo circulante	9	317.773	102.703
Ativo não circulante	9	992.192	1.347.161
Total do Ativo		1.309.965	1.449.864
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
Passivo circulante		317.774	102.703
Passivo não circulante		1.128.538	1.318.164
Total do Passivo		1.446.312	1.420.867
		31.12.2020	31.12.2019
Receita financeira			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		25.964	555.205
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(25.964)	(555.205)

A seguir a movimentação do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
Constituição	1.428.031	1.428.031
Atualizações	21.833	21.833
Outros	-	(28.997)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.449.864	1.420.867
Atualizações	25.964	25.964
Compensações	(165.863)	-
Outros	-	(519)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.309.965	1.446.312

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



19. Obrigações fiscais

	31.12.2020	31.12.2019
Imposto de renda e contribuição social a pagar		
Imposto de renda - IRPJ (a)	48.425	5.993
Contribuição social - CSLL a pagar (a)	22.685	11.957
Total	71.110	17.950

	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações fiscais federais						
REFIS IV - Federal (Previdenciário) (c)	1.231	3.488	4.719	1.513	5.798	7.311
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	24.413	-	24.413	23.023	-	23.023
Programa de integração social - PIS	5.343	-	5.343	5.111	-	5.111
PIS/COFINS/IRRF/CS (Retidos na Fonte)	7.304	-	7.304	8.056	-	8.056
Outros tributos e contribuições	960	-	960	1.261	-	1.261
Subtotal - Federais	39.251	3.488	42.739	38.964	5.798	44.762
Obrigações fiscais estaduais						
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (b)	123.480	-	123.480	125.040	-	125.040
Subtotal - Estaduais	123.480	-	123.480	125.040	-	125.040
Obrigações fiscais municipais						
Imposto sobre serviços - ISS	3.350	-	3.350	2.977	-	2.977
Outros tributos e contribuições	1.086	-	1.086	989	-	989
Subtotal - Municipais	4.436	-	4.436	3.966	-	3.966
Total outros tributos a pagar	167.167	3.488	170.655	167.970	5.798	173.768

- a) O saldo em 31 de dezembro de 2020 é composto por provisões para imposto de renda no montante de R\$53.587 e contribuição social de R\$35.938 a pagar, líquidas das antecipações efetuadas no montante total de R\$18.415, sendo R\$5.162 de imposto de renda e R\$13.253 de contribuição social.
- b) O ICMS da Companhia é apurado e recolhido mensalmente, conforme Decreto nº 24.569/97. No 3º dia útil de cada mês, a área responsável pelo faturamento envia todos os relatórios do faturamento mensal do mês anterior, para que a área tributária realize a apuração do ICMS e o recolhimento no dia 20 do próprio mês.
- c) A Companhia aderiu, em 30 de setembro de 2009 o REFIS IV (Lei nº 11.941/2009) nos montantes de R\$ 25.075 e R\$ 20.692 sem redução e com redução respectivamente referentes a débitos federais previdenciários e tem como saldo a pagar no curto prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 1.231 (saldo de R\$1.513 em 31 de dezembro de 2019) e no longo prazo o montante de R\$ 3.488 (Saldo de R\$ 5.798 em 31 de dezembro de 2019), tendo sua última parcela a ser paga em dezembro de 2022 atualizada pela SELIC.

	31.12.2020	31.12.2019
	REFIS IV FEDERAL	REFIS IV FEDERAL
Saldo inicial	7.311	9.893
(-) Pagamento principal	(1.422)	(1.431)
(-) Pagamento juros	(1.316)	(1.544)
(+) Atualização	146	393
Saldo final	4.719	7.311
Circulante	1.231	1.513
Não circulante	3.488	5.798
Total do passivo	4.719	7.311



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



20. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

	31.12.2020					31.12.2019				
	Circulante			Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante			Não Circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Total			Encargos	Principal	Total		
Moeda estrangeira:										
União Federal – Bônus de Desconto (g)	16	-	16	5.930	5.946	29	-	29	4.606	4.635
União Federal – Bônus ao Par (g)	110	-	110	8.499	8.609	86	-	86	6.600	6.686
BNP 4131 (c)	-	-	-	-	-	306	286.971	287.277	-	287.277
SCOTIABANK 4131 (a)	2.011	191.478	193.489	-	193.489	-	-	-	-	-
TOKIO 4131 (b1)	635	164.380	165.015	-	165.015	-	-	-	-	-
TOKIO 4131 II (b2)	227	55.025	55.252	-	55.252	-	-	-	-	-
SCOTIABANK 4131 II (h)	658	155.901	156.559	-	156.559	-	-	-	-	-
Total moeda estrangeira	3.657	566.784	570.441	14.429	584.870	421	286.971	287.392	11.206	298.598
Moeda nacional:										
Financiamentos										
Eletrobrás (f)	-	4.437	4.437	3.796	8.233	-	6.065	6.065	8.233	14.298
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) (e1)	14	4.121	4.135	6.182	10.317	18	4.120	4.138	10.303	14.441
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	-	-	-	-	-	23	6.735	6.758	-	6.758
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	-	-	-	-	-	25	6.735	6.760	-	6.760
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	-	-	-	-	-	1	250	251	-	251
FINEP (i)	2	-	2	663	665	-	-	-	-	-
Financiamentos - Moeda nacional	16	8.558	8.574	10.641	19.215	67	23.905	23.972	18.536	42.508
Empréstimos										
BNB II (d)	6.732	51.810	58.542	293.939	352.481	1.321	29.433	30.754	311.988	342.742
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional	6.748	60.368	67.116	304.580	371.696	1.388	53.338	54.726	330.524	385.250
Total de empréstimos e financiamentos moeda nacional e moeda estrangeira	10.405	627.152	637.557	319.009	956.566	1.809	340.309	342.118	341.730	683.848

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos saldos referentes a empréstimos e financiamentos está assim apresentada:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	673.858	390.484	115	10.759	1.075.216
Captações	200.000	79.445	300.000	-	579.445
Encargos provisionados	46.759	-	870	-	47.629
Encargos pagos	(56.986)	-	(575)	-	(57.561)
Variação monetária e cambial	-	10.971	(13.029)	458	(1.600)
Transferências	150.376	(150.376)	11	(11)	-
Amortizações	(959.281)	-	-	-	(959.281)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	54.726	330.524	287.392	11.206	683.848
Captações	33.079	-	500.000	-	533.079
Encargos provisionados	9.957	-	19.138	-	29.095
Encargos pagos	(4.596)	-	(15.873)	-	(20.469)
Variação monetária e cambial	-	11.767	143.243	3.272	158.282
Transferências	37.711	(37.711)	49	(49)	-
Amortizações	(63.761)	-	(363.508)	-	(427.269)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	67.116	304.580	570.441	14.429	956.566

A curva de amortização de principal dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante está assim apresentada:

31.12.2020					
2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total não Circulante
52.982	49.913	60.934	46.505	108.675	319.009



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

(i) Empréstimos e financiamentos obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
SCOTIABANK 4131 (a)	150.000	07/01/2020	07/01/2021	Bullet	Semestral	USD + 2,14% a.a.	Capital de giro	N/A
TOKIO 4131 (b1)	150.000	18/03/2020	18/03/2021	Bullet	Semestral	USD + 1,22% a.a.	Capital de giro	N/A
TOKIO 4131 II (b2)	50.000	18/03/2020	18/03/2021	Bullet	Semestral	USD + 1,31% a.a.	Capital de giro	N/A
SCOTIABANK 4131 II (h)	150.000	01/04/2020	01/04/2021	Bullet	Semestral	USD + 1,67% a.a.	Capital de giro	N/A
FINEP (i)	663	17/04/2020	15/01/2030	Mensal	Mensal	TJLP + 1 % a.a.	Financiamento do CAPEX	Fiança bancária

Para mitigar o risco da variação cambial da captação realizada em moeda estrangeira, foram contratadas operações de *swap*, trocando taxas e valores pactuados em dólar por valores em reais. Os custos das operações de *swap* pactuadas encontram-se descritos abaixo:

Empréstimo	Custo swap
SCOTIABANK 4131 (a)	CDI + 0,19 a.a
TOKIO 4131 (b1)	CDI + 0,07 a.a
TOKIO 4131 II (b2)	CDI + 0,12 a.a
SCOTIABANK 4131 II (h)	CDI + 2,60 a.a

(ii) Empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Tipo de Amortização	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Finalidade	Garantia
União Federal – Bônus de Desconto (g)	2.430	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + Libor + 1,0125% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
União Federal – Bônus ao Par (g)	3.501	07/04/2006	15/04/2024	Bullet	Semestral	USD + 6,2% a.a.	Refinanciamento dívida	Recebíveis e conta reserva
Eletrobrás (f)	78.115	13/01/2009	30/10/2023	Mensal	Mensal	6% a.a.	Luz Para Todos	Recebíveis e nota promissória
BNDES FINAME (Capex 2012-2013) (e1)	37.091	26/08/2013	15/06/2023	Mensal	Mensal	3,00% a.a.	Financiamento do CAPEX	Recebíveis
BNB II (d)	340.351	29/03/2018	15/04/2028	Mensal	Mensal	IPCA + 2,18% a.a.	Financiamento de projetos de ampliação e modernização	Fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nos empréstimos com Eletrobrás, BNP, Scotiabank e Tokio a Companhia comprometeu-se a cumprir as obrigações financeiras descritas no quadro abaixo, durante a vigência dos contratos, as quais foram atendidas de forma apropriada em 31 de dezembro de 2020:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos Índices
BNDES	Endividamento bancário líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES	Endividamento bancário líquido / Endividamento bancário líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Anual
Eletrobrás	Endividamento financeiro líquida / LAJIDA (máximo)	3,00	Anual
Scotiabank 4131	Endividamento financeiro líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
TOKIO 4131	Endividamento financeiro líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral

BNDES

- Endividamento bancário líquido para fins de cálculo dessa obrigação corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).
-

Eletrobrás

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa o lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização, provisões para processos judiciais e outros e perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (últimos 12 meses).

SCOTIABANK 4131 E TOKIO 4131

- Endividamento financeiro líquido considera empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos do valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários;
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa e baixas de títulos incobráveis. (Últimos 12 meses).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



21. Debêntures

As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de cada captação.

	31.12.2020				31.12.2019		
	Circulante		Não circulante	Total Circulante + Não Circulante	Circulante	Não circulante	Total Circulante + Não Circulante
	Encargos	Principal	Principal		Encargos	Principal	
1ª Série 5ª emissão (a)	410	175.000	175.000	350.410	712	350.000	350.712
2ª Série 5ª emissão (b)	430	-	168.677	169.107	393	161.588	161.981
1ª Série 6ª emissão (c)	49	-	40.000	40.049	84	40.000	40.084
2ª Série 6ª emissão (d)	785	-	298.744	299.529	718	286.188	286.906
1ª Série 7ª emissão (e)	2.456	-	350.000	352.456	5.632	350.000	355.632
2ª Série 7ª emissão (f)	11.440	-	321.782	333.222	11.071	308.257	319.328
(-) Custo de transação	-	-	(11.190)	(11.190)	-	(14.056)	(14.056)
Total de debêntures	15.570	175.000	1.343.013	1.533.583	18.610	1.481.977	1.500.587

As debêntures são simples e não conversíveis em ações.

A movimentação dos saldos referentes a debêntures está assim apresentada:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2018	1.761	811.380	813.141
Atualização monetária	-	23.564	23.564
Captações	-	650.000	650.000
Encargos provisionados	81.964	-	81.964
Encargos pagos	(65.115)	-	(65.115)
Constituição custo de transação	-	(5.555)	(5.555)
Apropriação custo de transação	-	2.588	2.588
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.610	1.481.977	1.500.587
Atualização monetária	-	33.170	33.170
Encargos provisionados	67.339	-	67.339
Encargos pagos	(70.379)	-	(70.379)
Transferências	175.000	(175.000)	-
Apropriação custo de transação	-	2.866	2.866
Saldo em 31 de dezembro de 2020	190.570	1.343.013	1.533.583

As principais características das debêntures, obtidas em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão descritas a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Vencimento inicial	Vencimento final	pagamento de Juros	Taxa efetiva a.a (%)	Tipo de amortização	Quantidade de títulos	Finalidade
1ª Série 5ª emissão (a)	350.000	15/12/2017	15/12/2021	15/12/2022	Semestral	CDI+0,80% a.a	Anual	350	Implementação de programas de investimento
2ª Série 5ª emissão (b)	150.000	15/12/2017	15/12/2023	15/12/2024	Semestral	IPCA + 6,0013% a.a.	Anual	150	Implementação de programas de investimento
1ª Série 6ª emissão (c)	40.000	15/06/2018	15/06/2023	15/06/2023	Semestral	CDI+0,95% a.a	Bullet	40	Implementação de programas de investimento
2ª Série 6ª emissão (d)	270.000	15/06/2018	15/06/2024	15/06/2025	Semestral	IPCA + 6,1965% a.a.	Anual	270	Implementação de programas de investimento
1ª Série 7ª emissão (e)	350.000	15/03/2019	15/03/2022	15/03/2023	Semestral	CDI+0,5% a.a	Anual	350	Reperfilamento de dívidas
2ª Série 7ª emissão (f)	300.000	15/03/2019	15/03/2024	15/03/2024	Anual	IPCA + 4,50% a.a.	Bullet	300	Reperfilamento de dívidas

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção dos índices financeiros demonstrados abaixo, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações (informações) financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu com os referidos índices.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1ª Série e 2ª Série (5ª, 6ª e 7ª emissão)****Obrigações especiais financeiras****Limite**

Dívida financeira líquida / LAJIDA (máximo) 3,50

▪ Dívida líquida;

Significa a soma de (a) empréstimos, financiamentos, debêntures, intercompany; (b) obrigações comprovadas com o fundo de pensão dos empregados da (não considerando para fins desta definição o passivo atuarial); (c) saldo líquido de operações de derivativos; menos o resultado da soma (a) do numerário disponível em caixa; (b) dos saldos líquidos de contas correntes bancárias credoras e devedoras; e (c) dos saldos de aplicações financeiras.

▪ LAJIDA;

Significa o lucro ou prejuízo da Emissora, relativo aos últimos doze meses, antes de contribuição social e imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisões para processos judiciais e outros, perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, baixas de títulos incobráveis, depreciação, baixa de ativos imobilizados, amortização, efeitos de teste de “impairments” e ajustes positivos e negativos da CVA – Conta das Variações da Parcela A, desde que não incluídos no resultado operacional.

A seguir é apresentada a curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante:

	2022	2023	2024	Após 2024	Total
1ª Série 5ª emissão	175.000	-	-	-	175.000
2ª Série 5ª emissão	-	93.677	75.000	-	168.677
1ª Série 6ª emissão	-	40.000	-	-	40.000
2ª Série 6ª emissão	-	-	163.744	135.000	298.744
1ª Série 7ª emissão	175.000	175.000	-	-	350.000
2ª Série 7ª emissão	-	21.782	300.000	-	321.782
(-) Custo de transação	(5.731)	(2.865)	(2.032)	(562)	(11.190)
Total a amortizar	344.269	327.594	536.712	134.438	1.343.013

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Obrigações por Arrendamentos

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica. Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os saldos em 31 de dezembro de 2020 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

	31.12.2020	31.12.2019	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
<u>Obrigações por arrendamento:</u>					
Terrenos	535	174	18,75	Mensal	de 4,01% a.a até 10,01% a.a
Imóveis	3.734	10.068	32,67	Mensal	de 2,42% a.a até 12,51% a.a
Veículos e outros meios de transporte	-	784	1,00	Mensal	8,97% a.a
Total	4.269	11.026			
Circulante	2.944	7.784			
Não circulante	1.325	3.242			
	4.269	11.026			

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo circulante e não circulante está assim apresentada:

	31.12.2020		
	Principal	Juros	Total
Até um ano - 2021	3.123	(179)	2.944
Posterior a um ano, porém menor que cinco anos	1.295	(157)	1.138
Até 2 anos - 2022	876	(72)	804
Até 3 anos - 2023	214	(38)	176
Até 4 anos - 2024	116	(27)	89
Até 5 anos - 2025	89	(20)	69
2026 em diante	208	(21)	187
Total circulante e não circulante	4.626	(357)	4.269

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Moeda Nacional		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adoção inicial - CPC 06 (R2)	8.855	11.184	20.039
Adições	-	1.520	1.520
Remensuração	(5.004)	-	(5.004)
Pagamentos de Principal	(5.494)	-	(5.494)
Pagamentos de Juros	(1.145)	-	(1.145)
Transferências	9.462	(9.462)	-
Encargos provisionados	1.110	-	1.110
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.784	3.242	11.026
Adições	-	74	74
Remensuração	-	(12)	(12)
Pagamentos de Principal	(6.801)	-	(6.801)
Pagamentos de Juros	(441)	-	(441)
Transferências	1.979	(1.979)	-
Encargos provisionados	423	-	423
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.944	1.325	4.269

23. Encargos setoriais

	31.12.2020	31.12.2019
Conta de desenvolvimento energético - CDE (a)	-	311.830
Pesquisa e desenvolvimento-("P&D")	43.744	33.445
Programa de Eficiência Energética- ("PEE")	60.989	54.192
Conta centralizadora de recursos de bandeira tarifária - CCRBT	-	10.223
Outros	3.979	3.845
Total	108.712	413.535
Circulante	91.892	341.208
Não Circulante	16.820	72.327

As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 26. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Conforme previsto na Resolução Homologatória nº 2.521, de 20 de março de 2019, o período de vigência da cobrança do encargo CDE-ACR se encerrou no mês de agosto de 2019.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 08 a Companhia efetuou a compensação do saldo a pagar com o saldo a receber de CDE após transito em julgado da decisão.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Partes relacionadas

Natureza da transação	Parte relacionada	Vigência	31.12.2020				31.12.2019			Receita (Despesa)		Intangível
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Intangível	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	31.12.2020	31.12.2019	
Benefícios pós-emprego	Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	Até o final da concessão	-	1.530	75.411	1.480	-	2.284	94.773	(5.850)	(4.735)	1.647
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)	ENEL X Brasil S.A.	Novembro de 2018 a Novembro de 2023	73	-	-	-	119	-	-	771	1.456	-
Prestação de serviços de desenvolvimento	ENEL X Brasil S.A.	Setembro de 2018 a Setembro de 2021	-	1.166	-	-	-	875	-	(1.114)	(2.999)	-
Prestação de serviços técnicos e gestão, conforme despacho nº 560 de 20 de fevereiro de 2020.	ENEL Brasil S.A.	Março de 2020 a Março de 2025	-	23.126	-	-	-	-	-	-	-	-
Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016.	ENEL Brasil S.A.	Fevereiro de 2024	-	51.601	-	-	-	19.284	-	-	-	-
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Até o final da concessão	-	658	-	-	-	629	-	(7.860)	(7.328)	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		-	-	-	-	-	-	-	(1.313.668)	(1.127.315)	-
	ENEL Green Power Parapanema		-	84	-	-	-	77	-	(955)	(887)	-
	ENEL Green Power Mourão		-	24	-	-	-	22	-	(274)	(250)	-
	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.		-	83	-	-	-	130	-	(697)	(666)	-
	ENEL Green Power Fazenda S.A.		-	45	-	-	-	50	-	(466)	(446)	-
	ENEL Green Power Salto Apiacas S.A.		-	137	-	-	-	128	-	(1.149)	(1.099)	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		-	103	-	-	-	107	-	(960)	(946)	-
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.		-	95	-	-	-	99	-	(910)	(877)	-
	ENEL Green Power Cristalândia I Eólica S.A.		-	-	-	-	-	-	-	(161)	-	-
	ENEL Green Power Cristalândia II Eólica S.A.	Controle comum até maio de 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	(322)	-
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	-	293	-	-	-	360	-	(3.376)	(3.429)	-
Consumo Próprio	ENEL Geração Fortaleza - CGTF	Até o final da concessão	-	-	-	-	1	-	-	67	94	-
Venda de energia excedente- MVE	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Fevereiro de 2019 a Dezembro de 2019	-	-	-	-	9.689	-	-	-	104.406	-
Dividendos	ENEL Brasil S.A.	Dezembro de 2019 a dezembro de 2020	-	115.620	-	-	-	61.219	-	-	-	-
Comissão de Fiança	ENEL Brasil S.A.	Julho de 2019 a abril 2028	-	487	-	-	-	491	-	(1.073)	(491)	-
Mútuo	ENEL Finance International N.V.	Dezembro de 2018 a dezembro de 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.471)	-
Reembolso expatriados	ENEL SPA	Até o final da concessão	670	-	-	-	670	-	-	-	227	-
	CODENSA		-	181	-	-	-	71	-	(110)	(71)	-
	ENEL Itália		-	270	-	-	-	-	-	(189)	-	-
	ENEL AMERICAS		-	444	-	-	-	53	-	(390)	(53)	-
	ENEL Global Infrastructure and Network		-	496	-	-	-	1.845	-	(1.358)	(1.845)	-
Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM	ENEL Itália	Até o final da concessão	-	-	-	-	-	34	-	-	-	-
	ENEL Iberoamérica		-	899	-	-	-	899	-	-	-	-
* Compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura entre as partes relacionadas, conforme DESPACHO Nº 338, de 06 de fevereiro de 2019.	ENEL Distribuição Rio - AMPLA	Fevereiro de 2024	232	2.636	-	-	31	2.447	-	-	-	-
	ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		514	4.690	-	-	45	5.951	-	-	-	-
	ENEL CIEN S.A.		915	26	-	-	200	-	-	-	-	-
	ENEL Distribuição Goiás - CELG D		2.656	305	-	-	2.233	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.		144	1.527	-	-	75	1.167	-	-	-	-
	ENEL Geração Fortaleza - CGTF		344	5.416	-	-	-	3.820	-	-	-	-
	ENEL Green Power Projetos I S.A.		542	-	-	-	147	-	-	-	-	-
	ENEL Green Power Brasil Participações LTDA		580	385	-	-	-	45	-	-	-	-
	ENEL Brasil S.A.		1.007	2.924	-	-	50	642	-	-	-	-
			7.677	215.251	75.411	1.480	13.260	102.729	94.773	(1.339.581)	(1.071.208)	1.647
		(-) Benefícios pós-emprego	-	1.530	75.411	1.480	-	2.284	94.773	(5.850)	(4.735)	1.647
	TOTAL DE PARTES RELACIONADAS		7.677	213.721	-	-	13.260	100.445	-	(1.333.731)	(1.066.473)	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(*) A Companhia possui contratos de compartilhamento de recursos humanos das áreas de apoio, compartilhamento de custos de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicação.

Suprimento de energia – CCEAR e sistema de transmissão

Os contratos de suprimento de energia – CCEAR e encargos do uso do sistema de transmissão são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações. O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS.

Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

Remuneração da administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 está demonstrada a seguir. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém, ainda, benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31.12.2020	31.12.2019
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios / bônus)	4.840	5.585
Benefícios pós-emprego (previdência - contribuição definida)	53	107
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	362	(813)
Total	5.255	4.879

25. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de Contribuição Definida (CD)

A Companhia contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

b) Plano de Benefício Definido (BD)

Tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios. O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade.

Os benefícios do plano compreendem:

- Complementação de aposentadoria por invalidez, tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial, auxílio reclusão, pensão por morte e abono anual.

c) Plano de assistência médica

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade da Companhia. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela Companhia, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei nº 9.656/1998;
- Aposentados Lei nº 9.656/1998 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei nº 9.656/1998. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano;
- Aposentados Especiais - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela Companhia (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

a) Ativos e passivos atuariais, reconhecido no balanço patrimonial como passivo atuarial líquido:

	31.12.2020	31.12.2019
Valor presente das obrigações atuariais	1.412.549	1.364.639
Valor justo dos ativos do plano	(1.377.248)	(1.467.833)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	76.627	200.251
Obrigação registrada com benefícios pós-emprego	111.928	97.057
Circulante	1.530	2.284
Não Circulante	110.398	94.773

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**b) Movimentação contábil do passivo registrado aberto por plano é como segue:**

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	73.297	23.760	97.057
Custo do serviço corrente	300	119	365	540	1.324
Custo dos juros líquidos	(66)	(10)	5.142	1.001	6.067
Contribuições reais do empregador	(846)	(193)	(3.747)	(3.511)	(8.297)
Ganho/Perda Atuarial	612	84	1.884	13.197	15.777
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	76.941	34.987	111.928

	Benefício Definido	Contribuição Definida	Plano Médico	FGTS na aposentadoria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	77.737	36.742	114.479
Custo do serviço corrente	188	125	-	1.211	1.524
Custos do serviço passado	-	-	-	(5.751)	(5.751)
Custo dos juros líquidos	(92)	(14)	6.869	2.198	8.961
Contribuições reais do empregador	(10.221)	(236)	(4.502)	(3.425)	(18.384)
Perdas (ganhos) sobre a obrigação atuarial	10.125	125	(6.807)	(7.215)	(3.772)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	73.297	23.760	97.057

Ao final do exercício de 2020, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. Atualmente os planos BD e CD apresentaram um superávit atuarial total de R\$ 76.627 em 31 de dezembro de 2020 (R\$200.251 em 31 de dezembro de 2019). Os planos de assistência médica e FGTS apresentaram um passivo total de R\$ 111.928 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 97.057 em 31 de dezembro de 2019) atestado por avaliação independente.

c) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	31.12.2020	31.12.2019
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.364.639	1.195.169
Custo dos serviços correntes	1.324	1.525
Contribuição dos empregados	1.612	1.913
Custos dos juros	96.536	102.978
Benefícios pagos	(91.901)	(89.683)
Perda atuarial	40.339	158.488
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	1.412.549	1.364.639

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**d) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:**

	31.12.2020	31.12.2019
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.467.833	1.163.874
Rendimento esperado dos ativos do plano	105.625	101.965
Contribuições dos empregados	1.612	1.913
Contribuições do empregador	8.297	18.385
Benefícios pagos	(91.901)	(89.683)
Perda/ganho atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(114.218)	271.379
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	1.377.248	1.467.833

A queda no rendimento dos ativos está principalmente atrelada a redução da taxa de juros), o que gerou um retorno dos investimentos abaixo do esperado.

e) Movimentação do efeito de teto do ativo

	31.12.2020	31.12.2019
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	200.251	83.184
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	15.156	7.947
Variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	(138.780)	109.120
	76.627	200.251

f) Movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Saldo do início do exercício	97.057	114.479
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial	1.324	1.525
Custos do serviço passado	-	(5.751)
Juro líquidos conforme laudo atuarial	6.067	8.961
Pagamento de contribuições	(8.297)	(18.385)
Ajustes de avaliação atuarial	15.777	(3.772)
Saldo do final do exercício	111.928	97.057

g) Despesas reconhecidas nos exercícios:

	31.12.2020	31.12.2019
Custo do serviço corrente bruto	1.324	1.525
Custos do serviço passado	-	(5.751)
Custo do serviço líquido	1.324	(4.226)
Juros sobre a obrigação atuarial	96.536	102.979
Rendimento esperado dos ativos no ano	(105.625)	(101.965)
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	15.156	7.947
Juros líquidos sobre o passivo	6.067	8.961
Total das despesas no exercício	7.391	4.735

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



O custo do serviço líquido são registros como custos e despesas com pessoal. Os juros líquidos são registrados no resultado financeiro.

h) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial)

	31.12.2020	31.12.2019
Perda atuarial gerada pela premissa demográfica	(8.360)	-
Perda atuarial gerada pela taxa de desconto	(8.993)	(196.403)
Perda/ganho atuarial gerado pela experiência demográfica	(22.986)	37.915
Perda/ganho atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(114.218)	271.379
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	138.780	(109.119)
Saldo do final do exercício	(15.777)	3.772

i) Composição dos investimentos do plano por segmento

	31.12.2020	%	31.12.2019	%
Renda fixa	1.133.407	82,30%	1.219.811	83,10%
Renda variável	98.885	7,18%	80.714	5,50%
Investimentos imobiliários	116.554	8,46%	127.434	8,68%
Outros	28.402	2,06%	39.874	2,72%
Total do valor justo dos ativos do plano	1.377.248	100,00%	1.467.833	100,00%

j) Premissas atuariais utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Premissas	Plano BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	7,33%	6,08%	7,33%	4,88%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,33%	6,08%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83	AT-83	N/A

k) Premissas atuariais utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Premissas	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano
Taxa de desconto	7,38%	6,44%	7,38%	6,34%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,38%	6,44%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	N/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**l) Estimativa da despesa para o exercício de 2021**

Custo do serviços correntes	1.880
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	98.834
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	5.566
Rendimento esperado dos ativos do plano	(97.630)
Total da despesa projetada para 2021	8.650

m) Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,50%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2020 está demonstrado a seguir:

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Plano Médico		Plano de Pensão	
Obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2020	1.297.058		3.563		76.940		34.987	
Taxa de Desconto	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)	(+0,50%)	(-0,50%)
Impacto da obrigação do benefício definido	(64.208)	70.301	(74)	77	(2.369)	2.274	(904)	975
Total da obrigação do benefício definido	1.232.850	1.367.359	3.489	3.640	74.571	79.215	34.083	35.962

É importante frisar que a redução na taxa de desconto demonstrada na tabela anterior para os planos de benefício definido e contribuição definida não ocasionaria um aumento no passivo registro, visto que os referidos aumentos seriam totalmente absorvidos pelo teto do ativo (ocasionando uma redução no mesmo).

26. Provisão para processos judiciais e outros

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

26.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

	31.12.2019	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.12.2020
Trabalhistas	30.366	12.278	(13.178)	3.871	(3.604)	29.733
Cíveis	112.735	54.010	(42.530)	22.297	(24.576)	121.936
Fiscais	-	19	-	-	(19)	-
Regulatório	31.941	23.282	(5.197)	602	(7.768)	42.860
Total	175.042	89.589	(60.905)	26.770	(35.967)	194.529

	31.12.2018	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31.12.2019
Trabalhistas	31.582	18.892	(16.627)	1.687	(5.168)	30.366
Cíveis	114.149	42.154	(41.629)	12.079	(14.018)	112.735
Regulatório	14.675	19.207	(20)	685	(2.606)	31.941
Total	160.406	80.253	(58.276)	14.451	(21.792)	175.042

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



As contingências prováveis estão classificadas no passivo não circulante da Companhia.

a) Riscos trabalhistas

Estão relacionados à indenização por acidentes, responsabilidade solidária, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras, e outros processos trabalhistas.

b) Riscos cíveis

Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos regulatórios

c.1) Auto de Infração SFE-0032-18, tema Geração Distribuída, no valor original R\$ 13.035. Após apreciação do recurso apresentado pela Companhia, a Diretoria da ANEEL decidiu pela manutenção do valor total da penalidade de multa de R\$ 13.035. Em outubro de 2020 houve pagamento parcial da multa no montante principal de R\$ 6.435, juros de R\$ 547, sendo provisionado o montante controverso de R\$ 3.300, que está em discussão no âmbito judicial.

c.2) Auto de Infração nº 0002/2019-ARCE-SFE, tema Teleatendimento, a ANEEL decidiu, em processo da CEB - Companhia Energética de Brasília na 7ª Reunião Pública Ordinária de 10/03/2020, que a Não Conformidade NC.1, referente a “Falha no envio de informações solicitadas pela fiscalização” que é similar à Não Conformidade NC.1 do AI da Companhia, que a Não Conformidade deveria ser cancelada visto que “a regulamentação não determina expressamente como deve funcionar o programa que calcula os indicadores de qualidade do serviço de teleatendimento neste nível de detalhamento”. Portanto, houve a reversão do montante equivalente da Não-Conformidade 1 (NC.1) de R\$ 1.388, em abril 2020. Em setembro de 2020, o Conselho Diretor da ARCE decidiu pelo parcial provimento do recurso, reduzindo o valor da multa aplicada pela ARCE para R\$ 3.793, no qual esse montante encontra-se provisionado. A Companhia apelou em segunda instância (ANEEL) e aguarda apreciação do recurso pela agência nacional.

c.3) Auto de Infração nº 0001/2020-ARCE-SFE referente a “Faturamento - pós migração de sistema”, no montante de R\$ 284 foi integralmente provisionado em maio de 2020 e aguarda apreciação, pela ARCE, do recurso apresentado pela Companhia.

c.4) Auto de Infração nº 0002/2020-ARCE-SFE, relacionado à fiscalização dos indicadores de continuidade DEC FEC, no valor de R\$ 26.061. A Companhia efetuou em junho de 2020 uma provisão parcial do referido auto no montante de R\$ 22.998 e aguarda apreciação, pela ARCE, do recurso apresentado pela Companhia.

c.5) Auto de Infração nº 0025/2013-ARCE-SFE, agravado pela ANEEL em segunda instância, com valor atual da multa R\$ 1.691 e valor provisionado de R\$ 1.297, está em discussão no âmbito judicial.

c.6) Auto de Infração SFF-AI-0097-12-C referente à Base de Remuneração, recebido em agosto de 2012, no valor de R\$ 20.637. Após interposição de recurso pela Companhia, a ANEEL reduziu o valor da penalidade para o montante de R\$ 11.188 que se encontra provisionado. O processo está em discussão no âmbito judicial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



26.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2020	31.12.2019
Trabalhistas (a)	506.883	56.763
Cíveis (b)	1.363.003	1.150.107
Fiscais (c)	761.525	634.960
Juizados especiais	2.983	3.439
Regulatórios	6.716	-
Total	2.641.110	1.845.269

A Companhia apresenta a seguir os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

a) Trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. Também existem ações cujas teses possuem chances de mudanças em instâncias superiores, além de processos em fase inicial, sem decisão ainda. Incluem-se na base, ações previdenciárias que, em razão de alteração de metodologia de contingenciamento, passaram a ser considerados no relatório de contingência 40 casos com prognóstico possível que totalizam R\$ 433.610 em 31 de dezembro de 2020.

b) Cíveis

No âmbito cível, refere-se a processos relacionados a reclamações consumeristas em sua grande maioria sendo ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores. Engloba, ainda, ações referentes a reajustes e revisões tarifárias, indenizações por danos materiais e/ou morais que envolva acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica. No âmbito da contingência ativa, a Companhia possui ações de desapropriação e anulatórias de multas oriundas de órgão de defesa do consumidor ou agência reguladora.

c) Fiscal

c.1 Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda e outros; (vi) valor do imposto em determinadas operações; (vii) energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



adquirida para consumo próprio e (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. Os montantes envolvidos totalizam R\$ 643.066 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 528.164 em 31 de dezembro de 2019);

c.2 Temas municipais

No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os Municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 38.976 e R\$ 4.614 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 46.358 e R\$ 4.519 em 31 de dezembro de 2019). Há ainda alguns autos de infração lavrados pelos Municípios de Sobral, Ipueiras e Parambu envolvendo a Contribuição de Iluminação Pública. Também foram lavrados, em novembro de 2020, novos autos sobre este tema pelo Município de Caucaia no valor de R\$ 6.739. O valor total atualizado desses autos, já contemplando os autos novos, em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 10.961 (R\$ 7.580 em 31 de dezembro de 2019).

c.3 Temas federais

No âmbito federal, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL e COFINS. Há uma nova discussão judicial em sede de embargos à execução fiscal de débito de COFINS no valor de R\$ 12.082. O valor total atualizado desses casos é de R\$ 48.342 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 35.623 em 31 de dezembro de 2019);

26.3 Depósitos vinculados a litígios:

A Companhia possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
Trabalhistas	18.447	18.921
Cíveis	25.396	24.975
Fiscais	3.833	3.652
Total	47.676	47.548

27. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é de R\$ 892.246 em 31 de dezembro de 2020, R\$ 808.246 em 31 de dezembro de 2019. Em 28 de abril de 2020 foi realizado o aumento de capital no montante de R\$ 84.000, via capitalização de reservas, sem emissão de ações. As ações não apresentam valor nominal e são assim distribuídas:

	31.12.2020	31.12.2019
	(Em unidades)	(Em unidades)
Ações Ordinárias	48.067.937	48.067.937
Ações Preferenciais A	28.252.700	28.252.700
Ações Preferenciais B	1.534.662	1.534.662
Total	77.855.299	77.855.299

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Ações ordinárias (em unidades)		Ações preferenciais (em unidade)						Total (em unidades)	
	Total (I)		Classe A		Classe B		Total (II)		(I) + (II)	
Enel Brasil S.A.	47.064.245	97,91%	10.588.006	37,48%	424	0,03%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobrás	-	0,00%	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Onyx Latin América Equity Fund	-	0,00%	1.629.400	5,77%	-	0,00%	1.629.400	5,47%	1.629.400	2,09%
MORGAN STANLEY	-	0,00%	1.413.726	5,00%	-	0,00%	1.413.726	4,75%	1.413.726	1,82%
Outros	1.003.692	2,09%	10.653.812	37,71%	3.097	0,20%	10.656.909	35,78%	11.660.601	14,98%
Total de Ações	48.067.937	100,00%	28.252.700	100,00%	1.534.662	100,00%	29.787.362	100,01%	77.855.299	100,00%

b) Capital social autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 ações ordinárias, 193.352.996.180 ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal nos exercícios apresentados, visto que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social.

d) Reserva de reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

e) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014.

Em 14 de dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

f) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia por meio de incorporação, vide Nota 11.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**g) Destinação dos resultados**

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será inferior a 25% do lucro líquido ajustado.

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro do exercício	265.181	404.905
(-) Incentivo fiscal – SUDENE	(46.080)	(74.272)
(+) Reversão de dividendos prescritos	315	52
Lucro ajustado	219.416	330.685
Dividendo mínimo obrigatório	(54.854)	(82.671)
Dividendo adicional proposto	(109.708)	(82.671)
	54.854	165.343
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	(10.413)	2.489
Reserva reforço de capital de giro	44.441	167.832

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019: Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a qual segue: (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$82.671. (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$82.671; reserva de reforço de capital de giro no montante de R\$167.832; do montante destinado a reforço de capital de giro, foi deliberada a capitalização de R\$84.000 pois as reservas ultrapassavam o capital social da Companhia.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020: A Companhia excedeu o limite das suas reservas de lucros e encaminhará o assunto para Assembleia Geral Ordinária, que deverá deliberar sobre a capitalização ou distribuição do excesso, de acordo com o estatuto social e artigo 199 da Lei nº 6.404/76. A proposta de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório de R\$ 109.708 será submetida a deliberação em AGO. Dessa forma, a Companhia somente reconhecerá a obrigação de dividendo a pagar no passivo, após a referida deliberação.

h) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. Vale ressaltar que anualmente como parte do processo de destinação do resultado do exercício, a Companhia absorve em prejuízos acumulados todo o impacto das avaliações atuariais registradas em outros resultados abrangentes.

	31.12.2020	31.12.2019
Perda de instrumentos financeiros derivativos	(2.124)	(517)
Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos	722	176
Total	(1.402)	(341)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**28. Resultado por ação**

	31.12.2020	31.12.2019
Numerador (em R\$ mil)		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	163.723	249.989
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	96.231	146.935
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	5.227	7.981
	<u>265.181</u>	<u>404.905</u>
Denominador (em unidades de ações)		
Número de ações ordinárias	48.067.937	48.067.937
Número de ações preferenciais - Classe A	28.252.700	28.252.700
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534.662	1.534.662
	<u>77.855.299</u>	<u>77.855.299</u>
Percentual por ação		
Ações ordinárias	61,7401%	61,7401%
Ações preferenciais - classe A	36,2887%	36,2887%
Ações preferenciais - classe B	1,9712%	1,9712%
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)		
Ação ordinária	3,40608	5,20074
Ação preferencial - Classe A	3,61044	5,51278
Ação preferencial - Classe B	3,74668	5,72081

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no período.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe "A" e 10% para as ações de classe "B", calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe "B" poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe "A", a requerimento do interessado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



29. Receita líquida

	31.12.2020			31.12.2019		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	3.176.048	4.878.078	2.467.191	2.834.450	4.604.546	2.637.255
Industrial	6.197	580.003	705.951	6.522	660.809	581.011
Comercial	182.949	1.585.570	1.307.608	190.950	1.942.322	1.370.192
Rural	587.795	1.196.996	579.669	595.657	1.220.219	506.379
Poder público	34.890	517.815	403.260	31.266	655.099	397.711
Iluminação pública	11.234	588.405	191.355	11.064	603.714	258.129
Serviço público	4.550	298.787	209.310	3.895	326.641	173.672
Suprimento e revenda	2	12.234	730	2	10.996	660
Fornecimento faturado	4.003.665	9.657.888	5.865.074	3.673.806	10.024.346	5.925.009
Outras receitas - originadas de contratos com clientes						
Fornecimento não faturado			281.102			211.437
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres			(28.172)			(25.298)
Total receitas - originadas de contratos com clientes	4.003.665	9.657.888	6.118.004	3.673.806	10.024.346	6.111.148
Outras receitas						
Ativo e passivo financeiro setorial			264.818			62.165
Subvenção baixa renda			259.302			190.385
Subvenção de recursos da CDE			256.747			262.949
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	463	2.118.112	255.974	339	2.182.014	235.744
Receita de construção			969.072			732.765
Venda de Energia Excedente - MVE			11.466			129.877
Outras receitas			116.834			113.097
Total outras receitas	463	2.118.112	2.134.213	339	2.182.014	1.726.982
Receita operacional bruta	4.004.128	11.776.000	8.252.217	3.674.145	12.206.360	7.838.130
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS			(1.551.772)			(1.533.083)
COFINS - corrente			(469.474)			(476.269)
PIS - corrente			(101.925)			(103.401)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE			(48.173)			(45.721)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE			(201.879)			(293.252)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE			(6.529)			(6.033)
ISS			(5.134)			(3.294)
Total das deduções da receita operacional bruta	-	-	(2.384.886)	-	-	(2.461.053)
Receita operacional líquida	4.004.128	11.776.000	5.867.331	3.674.145	12.206.360	5.377.077

(*) Não auditado pelos auditores independentes

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



30. Receitas (custos/despesas) operacionais

	31.12.2020					31.12.2019				
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal	(116.287)	-	(50.242)	-	(166.529)	(115.010)	-	(48.433)	-	(163.443)
Material	(30.645)	-	(1.531)	-	(32.176)	(17.040)	-	(1.021)	-	(18.061)
Serviços de terceiros	(361.633)	(3.928)	(54.491)	-	(420.052)	(314.236)	(1.549)	(54.411)	-	(370.196)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.914.038)	-	-	-	(2.914.038)	(2.875.370)	-	-	-	(2.875.370)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(457.742)	-	-	-	(457.742)	(311.859)	-	-	-	(311.859)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo (i)	52.639	-	-	-	52.639	30.302	-	-	-	30.302
Depreciação e amortização	(277.012)	-	(13.711)	-	(290.723)	(236.298)	-	(14.052)	-	(250.350)
Custo na desativação de bens	(24.746)	-	-	-	(24.746)	(28.305)	-	-	-	(28.305)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	-	(81.541)	-	-	(81.541)	-	(42.918)	-	-	(42.918)
Perda de recebíveis de clientes	-	(40.917)	-	-	(40.917)	-	(28.910)	-	-	(28.910)
Custo de construção	(969.072)	-	-	-	(969.072)	(732.765)	-	-	-	(732.765)
Provisão para processos judiciais e outros	-	-	(28.684)	-	(28.684)	-	-	(22.301)	-	(22.301)
Outras despesas operacionais	(25.667)	-	(100.759)	(6.479)	(132.905)	(19.481)	-	(13.723)	(6.017)	(39.221)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	-	-	-	26.090	26.090	-	-	-	34.171	34.171
Outras receitas operacionais	-	-	-	6.354	6.354	-	-	-	6.007	6.007
Subtotal	(5.124.203)	(126.386)	(249.418)	25.965	(5.474.042)	(4.620.062)	(73.377)	(153.941)	34.161	(4.813.219)

I) O alívio financeiro retroativo ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Resultado financeiro

	31.12.2020	31.12.2019
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	6.102	13.145
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	63.502	31.239
Marcação a mercado de ativo indenizável	125.733	97.178
Reversão de atualização de CDE	(12.400)	-
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	6.591	-
Variação cambial	5.304	1.497
Variação cambial de dívida	99	13.819
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	143.288	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	2.152	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - juros	-	5.267
Juros fundo de pensão	76	106
Outras receitas financeiras	9.485	9.592
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(3.665)	(1.430)
Subtotal	346.267	170.413
Despesas financeiras		
Variação monetária de dívidas	(11.767)	(10.971)
Variação monetária de debêntures	(33.170)	(23.564)
Variação cambial de dívidas	(146.614)	-
Encargos de dívidas	(29.095)	(47.629)
Juros debêntures	(67.339)	(81.964)
Encargos fundo de pensão	(6.143)	(9.067)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	-	(3.057)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(26.770)	(14.451)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(105)	(13.029)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	-	(1.669)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(3.984)	(6.586)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	795	10.252
Atualizações de impostos	(3.309)	(9.196)
Atualização P&D/PEE	(1.783)	(1.506)
IOF/IOC	(774)	(192)
Apropriação custo de transação	(2.866)	(2.588)
Comissão de fiança e seguro garantia	(8.135)	(6.554)
Custos pré-pagamento - BNDES	-	(2.347)
Outras despesas financeiras	(29.820)	(18.226)
Subtotal	(370.879)	(242.344)
Total do resultado financeiro	(24.612)	(71.931)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



32. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das provisões de imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	31.12.2020		31.12.2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(99.667)	(35.938)	(103.408)	(40.243)
Diferidos	(10.309)	(3.662)	(13.014)	(4.629)
Incentivo fiscal	46.080	-	74.272	-
Total	(63.896)	(39.600)	(42.150)	(44.872)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	368.677	368.677	491.927	491.927
Adições:				
Gratificação a administradores	1.512	1.512	364	364
Doações	2.533	2.533	115	115
Baixa de Crédito IRPJ/CSLL	-	-	5.980	5.980
Perdão de Dívida Indedutível	59.444	59.444	-	-
Multas indedutíveis	7.768	7.768	-	-
Outras despesas indedutíveis	64	65	193	193
Total das adições	71.321	71.322	6.652	6.652
Base de cálculo	439.998	439.999	498.579	498.579
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%		10%	
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(109.976)	(39.600)	(124.621)	(44.872)
Incentivos fiscais	46.080	-	74.272	-
Reprocessamento de ultrapassagem de demanda e excedente reativos para ativos e passivo financeiros setoriais	-	-	8.199	-
Total da despesa com tributos	(63.896)	(39.600)	(42.150)	(44.872)
Alíquota efetiva	17,33%	10,74%	8,57%	9,12%

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balancos Patrimoniais		Resultado		Outros resultados	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Tributos diferidos ativos:						
Provisão para processos judiciais e outros	68.781	59.514	9.267	4.977	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	83.766	42.133	41.633	15.662	-	-
Provisão perda de bens	1.805	1.805	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	66.478	61.114	-	-	5.364	(1.283)
Instrumentos financeiros derivativos	721	175	-	567	546	290
Arrendamento - CPC 06 (R2)	549	409	140	-	-	-
Outras provisões	20.188	9.106	11.082	(220)	-	-
Total dos diferidos ativos	242.288	174.256	62.122	20.986	5.910	(993)
Tributos diferidos passivos:						
Correção Monetária Especial (CME) e Complementar (CMC)	(1.480)	(1.531)	51	57	-	-
Ativo indenizável (concessão)	(181.003)	(138.254)	(42.749)	(33.041)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (a)	(27.663)	567	(28.230)	-	-	-
Total dos diferidos passivos	(210.146)	(139.218)	(70.928)	(32.984)	-	-
Ativo fiscal diferido, líquido	32.142	35.038	(8.806)	(11.998)	5.910	(993)
Realização do benefício fiscal da incorporação			(5.165)	(5.645)		
Total despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos			(13.971)	(17.643)		

- a) A variação entre os exercícios apresentados está relacionada, principalmente, com a diminuição da base tributável, em função da exclusão temporária dos efeitos da variação cambial do Cash Flow *Hedge*.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

A Companhia estima que os saldos em 31 de dezembro de 2020, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

Ano de realização	31.12.2020
2021	101.413
2022	6.926
2023	6.883
2024	6.883
2025 a 2027	33.070
2028 a 2030	87.112
Total	242.287

33. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em 184 municípios do Estado do Ceará. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. No caso de transações financeiras, essas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e equivalentes de caixa	166.015	91.605
Títulos e valores mobiliários	92.376	77.033
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	64.356	(15.399)
Consumidores e outras contas a receber	1.485.066	1.294.420
Ativos financeiros setoriais	-	73.540
Ativo indenizável (concessão)	3.026.407	2.372.127
	4.834.220	3.893.326

No caso dos créditos com consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 31 de dezembro de 2020, para o saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com as seguintes classificação de risco realizada pela Agência Standard & Poor's (escala nacional):

Instrumentos Financeiros Derivativos	31.12.2020	31.12.2019
AA-	64.356	(15.399)
Total geral	64.356	(15.399)

Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.12.2020	31.12.2019
AAA	227.501	131.827
AA+	13	-
Total geral	227.514	131.827

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste tarifários ordinários são garantidos por contrato de concessão e empregam metodologias previamente definidas nos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret). Contudo, podem ocorrer fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro definido nos processos ordinários, que se atenderam aos critérios de admissibilidade e às evidências de desequilíbrio econômico-financeiro normatizados no Submódulo 2.9 do Proret (Resolução normativa nº 791, de 14 de novembro de 2017), poderão ensejar revisão tarifária extraordinária a pedido da distribuidora.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas. Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostas pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar. De forma a evitar esse risco, em 31 de dezembro de 2020, todas as dívidas indexadas ao dólar da Companhia possuem contratos de *swap* (Dólar para Real/Spread para CDI). A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2020 (em reais).

	31.12.2020
Passivos em Moeda Estrangeira	
Empréstimos e Financiamento	584.870
Exposição Patrimonial	584.870
Ponta Ativa - Instrumentos Financeiros	(575.458)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.412

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (câmbio) sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

d) Risco de encargos de dívida (taxas de juros e inflação)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 99% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, IPCA, Libor e TJLP).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31.12.2020	%	31.12.2019	%
Selic	15.575	6,85%	4.502	3,42%
CDI	211.926	93,15%	124.247	94,25%
Pré-Fixado	13	0,01%	3.078	2,33%
Total	227.514	100,00%	131.827	100,00%

Ativo Financeiro Indenizável	31.12.2020	%	31.12.2019	%
IPCA	3.026.407	100,00%	2.372.127	100,00%
Total	3.026.407	100,00%	2.372.127	100,00%

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	31.12.2020	%	31.12.2019	%
Taxa fixa	10.824	0,45%	23.556	1,07%
TJLP	665	0,03%	13.767	0,63%
CDI	1.254.017	51,70%	1.046.917	47,59%
IPCA	1.154.339	47,59%	1.110.959	50,50%
Libor	5.948	0,25%	4.635	0,21%
Total	2.425.793	100,00%	2.199.834	100,00%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (câmbio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

e) Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. A Companhia mantém linha de crédito bancária para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos que julgue adequados, através de contrato firmado, cujo montante em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 80.000.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com seus controladores aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 800.000.

A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2020	31.12.2019
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	956.566	683.848
Debentures (Nota 21)	1.533.583	1.500.587
Instrumentos financeiros derivativos - Swap (Nota 33)	(64.356)	15.399
Dívida	2.425.793	2.199.834
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(166.015)	(91.605)
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	(92.376)	(77.033)
Dívida líquida (a)	2.167.402	2.031.196
Patrimônio líquido (b) (Nota 27)	3.230.548	3.114.051
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	40%	39%

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2020 é de 40% (39% em 31 de dezembro de 2019), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	194.533	222.508	164.392	20.119	-	601.552
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	15.950	8.692	39.256	207.086	111.111	382.095
Debêntures	-	18.491	218.099	1.485.178	-	1.721.768
Total	210.483	249.691	421.747	1.712.383	111.111	2.705.415

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020					
Instrumentos financeiros derivativos – Swap – pagamentos / (recebimentos)	(42.010)	(19.309)	1.410	16.268	(43.641)
Total	(42.010)	(19.309)	1.410	16.268	(43.641)

f) Valorização dos instrumentos financeiros

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



		31.12.2020		31.12.2019		
	Categoria	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	166.015	166.015	91.605	91.605
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	92.376	92.376	77.033	77.033
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	28.583	28.583	23.963	23.963
Consumidores e outras contas a receber	Custo amortizado	2	1.485.066	1.485.066	1.294.420	1.294.420
Ativos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	-	-	73.540	73.540
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	65.597	65.597	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de resultado	2	483	483	-	-
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	3.026.407	3.026.407	2.372.127	2.372.127
Total do ativo			4.864.527	4.864.527	3.932.688	3.932.688
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	371.696	344.467	385.250	331.077
Debêntures em moeda nacional	Custo amortizado	2	1.533.583	1.544.773	1.500.587	1.514.643
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	584.870	583.470	298.598	300.844
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido	2	1.241	1.241	13.730	13.730
Instrumentos financeiros derivativos - swap	Valor justo por meio de resultado	2	-	-	1.669	1.669
Arrendamentos	Custo amortizado	2	4.269	4.269	11.026	11.026
Passivos financeiros setoriais	Custo amortizado	2	209.220	209.220	-	-
Fornecedores	Custo amortizado	2	1.024.557	1.024.557	866.723	866.723
Total do passivo			3.729.436	3.711.997	3.077.583	3.039.712

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

As aplicações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “*expertise*” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

g) Instrumento financeiro derivativo

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira, conforme demonstrados abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



Contraparte Contratos de swaps:	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				Moeda local	
				31.12.2020	31.12.2019
BNP	17/12/2019	17/12/2020	CDI + 0,26% aa	-	(13.730)
Scotiabank	07/01/2020	07/01/2021	CDI + 0,19% aa	41.865	(1.669)
TOKIO	18/03/2020	18/03/2021	CDI + 0,07% aa	13.623	-
TOKIO II	18/03/2020	18/03/2021	CDI + 0,12% aa	4.786	-
Scotiabank II	01/04/2020	01/04/2021	CDI + 2,60% aa	3.599	-
Scotiabank III	06/01/2021	06/01/2023	CDI + 1,23% aa	483	-

A movimentação é como segue:

	Derivativos
Saldos em 31 de dezembro de 2018	86
Efeito no resultado financeiro	(14.348)
Marcação a mercado no resultado	(1.669)
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(853)
Pagamento de juros	1.385
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(15.399)
Efeito no resultado financeiro	139.199
Marcação a mercado no resultado	2.152
Marcação a mercado no patrimônio líquido	(1.607)
Recebimento de principal	(63.507)
Pagamento de juros	3.518
Saldos em 31 de dezembro de 2020	64.356

Em janeiro de 2020 houve a reversão da marcação a mercado do instrumento financeiro com o Scotiabank realizada em dezembro de 2019. Em janeiro de 2020, quando ocorreu o desembolso do objeto protegido, o instrumento financeiro passou a ser classificado como Cash Flow *Hedge*, passando a marcação a mercado a ser contabilizada no patrimônio, sendo necessária a reversão da despesa de R\$ 1.669.

A Companhia realizou em 23 de dezembro de 2020 a contratação de uma nova dívida na modalidade 4131 com o banco Scotiabank no montante de R\$ 400.000, porém com desembolso previsto e já realizado em 06 de janeiro de 2020. Assim, com a finalidade de evitar riscos com variações cambiais, foi contratado na mesma data uma operação de *hedge* por meio de contrato de *swap*, trocando taxa e variação cambial por CDI+spread. Conforme descrito em contrato o *swap* não teve valor contábil em 31 de dezembro de 2020, somente o valor de ajuste a mercado está registrado nas demonstrações de resultados no montante de R\$ 483.

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) em 31 de dezembro de 2020 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor justo (contábil)	Valor da curva	Outros resultados abangentes	Resultado	Valor de referência (Notional) BRL	Categoria
Fixo (USD) x DI 17.12.19 BNP	-	-	-	-	300.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 17.12.19 Scotiabank	41.865	41.931	(66)	-	150.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 18.03.20 TOKIO	13.623	14.188	(565)	-	150.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 18.03.20 TOKIO	4.786	4.970	(184)	-	50.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 17.12.19 Scotiabank II	3.599	4.908	(1.309)	-	150.000	Valor justo por meio do Patrimônio Líquido
Fixo (USD) x DI 17.12.19 Scotiabank III	483	-	-	483	399.999	Valor justo por meio de resultado
Total	64.356	65.997	(2.124)	483	1.199.999	

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



h) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2020 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Ativos	Risco	Base	Cenários projetados - Dez.2021		
		31.12.2020	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	15.575	444	333	222
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	211.926	6.046	4.535	3.023
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pré-fixado	13	13	10	7
Ativo indenizável	Redução do IPCA	3.026.407	45.289	33.967	22.645
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(511.102)	(3.560)	(4.100)	(4.639)
Instrumentos financeiros derivados	Alta do Dólar	575.458	20.017	48.004	48.849
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(791)	(762)	(762)	(762)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do Dólar	(585.493)	(20.571)	(50.591)	(53.125)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(665)	(36)	(43)	(50)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(742.915)	(34.306)	(40.727)	(47.115)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	(1.154.339)	(93.789)	(104.431)	(114.980)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(5.946)	(66)	(1.410)	(2.527)
			(81.281)	(115.215)	(148.453)

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota 20 e 21.

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário + 25%	Efeito líquido no resultado	Cenário + 50%	Efeito líquido no resultado
		Cenário		Cenário	
Scotiabank 4131	3.488	7.185	3.697	10.258	6.770
SWAP Scotiabank 4131 PA	(3.486)	(7.181)	(3.695)	(10.251)	(6.765)
SWAP Scotiabank 4131 PP	265	324	59	383	118
TOKIO 4131	5.164	14.552	9.388	22.354	17.190
TOKIO 4131 SWAP PA	(5.143)	(14.494)	(9.351)	(22.264)	(17.121)
TOKIO 4131 SWAP PP	749	928	179	1.105	356
TOKIO 4131 II	1.742	4.885	3.143	7.498	5.756
TOKIO 4131 II SWAP PA	(1.735)	(4.867)	(3.132)	(7.469)	(5.734)
TOKIO 4131 II SWAP PP	256	316	60	375	119
Scotiabank II 4131	4.670	16.512	11.842	26.352	21.682
SWAP Scotiabank II 4131 PA	(4.658)	(16.468)	(11.810)	(26.281)	(21.623)
SWAP Scotiabank II 4131 PP	2.290	2.533	243	2.775	485
Scotiabank III 4131	4.529	94.706	90.177	169.642	165.113
SWAP Scotiabank III 4131 PA	(4.603)	(96.262)	(91.659)	(172.428)	(167.825)
SWAP Scotiabank III 4131 PP	12.310	14.549	2.239	16.777	4.467
Total	15.838	17.218	1.380	18.826	2.988

Conforme demonstrado acima, as variações do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap são compensadas quase que inteiramente pelo resultado de sua ponta ativa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



34. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$3.351.142 em 2021, R\$3.560.637 em 2022, R\$3.708.403 em 2023, R\$2.361.542 em 2024 e R\$48.863.723 após 2024.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 que foram homologados pela ANEEL.

35. Participação nos resultados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a provisão de participação nos resultados é de R\$ 14.772 e R\$ 10.640, respectivamente.

36. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/2020	31/10/2021	R\$ 1.344.500	R\$ 6.760.700
Responsabilidade civil geral	31/10/2020	31/10/2021	N/A	R\$ 115.588
Responsabilidade civil de administradores - D&O	10/11/2020	10/11/2021	N/A	R\$ 678.824
Riscos ambientais	01/11/2020	01/11/2021	N/A	R\$ 135.214

37. Informações complementares às demonstrações dos fluxos de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa:

	31.12.2020	31.12.2019
Compensação CDE (nota 8 e 23)	(311.830)	-
Compensação ICMS parcelamento (nota 9)	(11.056)	-
Adoção inicial (CPC 06 R2) (nota 14)	-	20.039
Remensuração de ativos (CPC 06 R2) (nota 14)	(12)	(5.061)
Compensações de PIS e COFINS (nota 18)	(165.863)	-

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições do ativo de contrato).

A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros de empréstimos e debentures alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2020	31.12.2019
Pagamentos de juros apresentados nas atividades operacionais	(90.053)	(112.425)
Pagamentos de juros apresentados nas atividades de investimentos (juros capitalizados)	(795)	(10.251)
	(90.848)	(122.676)

Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

O quadro a seguir, apresenta a conciliação das atividades de financiamento com as respectivas notas explicativas:

Efeito caixa			Nota explicativa	
Demonstrações do fluxo de caixa	31.12.2020	31.12.2019	Nº	Descrição
Atividades de financiamentos:				
Captação de Debêntures	-	650.000	21	Debêntures
Captação de empréstimos e financiamentos	533.079	579.445	20	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(427.269)	(959.281)	20	Empréstimos e financiamentos
Pagamentos de arrendamento (principal)	(6.787)	(6.639)	22	Obrigações por arrendamentos
Recebimentos de instrumento derivativo (principal)	63.507	-	33	Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro
Parcelamento especial	(1.422)	(1.431)	19	Obrigações fiscais
Pagamentos de dividendos	(90.217)	(145.494)	Conforme demonstrado no quadro a seguir	
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	70.891	116.600		

Quanto aos dividendos, a conciliação é conforme segue:

		Efeito não caixa			Efeito caixa	
	31.12.2019	Dividendos adicionais propostos	Dividendos prescritos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	31.12.2020
Dividendos a pagar	83.283	82.671	(315)	54.854	(90.217)	130.276

De forma a preservar a liquidez de caixa da Companhia em virtude da conjuntura econômica atual, a controladora Enel Brasil concordou em postergar para até 31 de dezembro de 2021, o recebimento de parte dos dividendos deliberados na Assembleia de 28 de abril de 2020 no montante de R\$ 75.000.

		Efeito não caixa			Efeito caixa	
	31.12.2018	Dividendos adicionais propostos	Dividendos prescritos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	31.12.2019
Dividendos a pagar	73.357	72.801	(52)	82.671	(145.494)	83.283

38. Eventos subsequentes

Tendo em vista a necessidade de capital de giro para o início de 2021 e se valendo da alta liquidez do mercado para operações em dólar, a Companhia contratou, em 23 de dezembro de 2020, uma operação na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) com o banco Scotiabank no montante de R\$ 299.999 para desembolso em 06 de janeiro de 2021. O contrato possui uma taxa fixa de 1,23% a.a. e vencimento para 06 de janeiro de 2023. Para mitigar o risco dessa operação à variação cambial foi contratada simultaneamente uma operação de *swap*, trocando os valores e taxa pactuados em dólares por valores em reais com um custo de CDI + 0,80% a.a.